

MINISTÉRIO DO INTERIOR - SUDECO
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS - FIPE

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO BAKARI

Rinaldo Sérgio Vieira Arruda

Novembro
1983

Í N D I C E

	Pág.
I . INTRODUÇÃO	002
II . GRUPO INDÍGENA BAKAIRI - BREVE HISTÓRICO	003
II.1. OS BAKAIRI DO XINGŪ E OS DO PARANATINGA - P.I. BAKAIRI .	006
II.2. OS BAKAIRI DO RIO ARINOS - P.I. SANTANA	009
III . CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA - TERRA (P.I. BAKAIRI	012
IV . CARACTERÍSTICAS GERAIS, POPULAÇÃO E SAÚDE(P.I. BAKAIRI)..	021
IV.1. POPULAÇÃO	022
IV.2. SAÚDE	025
V . ATIVIDADES PRODUTIVAS	033
VI . EDUCAÇÃO	042
VII . P.I. SANTANA - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA: TERRA	046
VIII. P.I. SANTANA - CARACTERÍSTICAS GERAIS POPULAÇÃO E SAÚDE	064
IX . ATIVIDADES PRODUTIVAS E AUTONOMIA POLÍTICA	073
X . EDUCAÇÃO	077
XI . ADMINISTRAÇÃO	080

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO BAKAIRI

I. INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os resultados da pesquisa realizada no mês de setembro nas Reservas Indígenas Bakairi, onde se localizam o P.I. Bakairi e o P.I. Santana, e na reserva indígena Iranxe, todas sob jurisdição da 5a. Delegacia Regional da FUNAI, sediada em Cuiabá, no Estado de Mato Grosso. As duas primeiras reservas estão sob os cuidados diretos da FUNAI através dos Postos Indígenas instalados na área. Os Iranxe, apesar de localizados na área de jurisdição da 5a. Delegacia Regional, estão sob os cuidados da Missão Anchieta, com sede em Utiariti, a aproximadamente 60 km da aldeia.

Os dados sobre os Bakairi foram colhidos na sede da 5a. DR em Cuiabá, durante a estadia nas aldeias, na Chácara Ambulatório da Equipe Volante de Saúde da FUNAI (EVS) em Cuiabá, e através da pesquisa em material etnológico existente sobre os Bakairi. Os dados sobre os Iranxe foram coletados em pesquisa de campo, com membros da Missão Anchieta e da operação Anchieta (OPAN) e através de material etnológico existente.

Incorporamos também informações e documentação referentes aos Bakairi através da antropóloga Edir Pina de Barros, que, além de nos acompanhar na pesquisa de campo, prestou valiosa colaboração permitindo uma compreensão mais acurada da situação desse grupo indígena. No caso dos Iranxe, incorporamos dados e informações obtidos pelo Pe. José de Moura e Silva no decorrer de sua longa convivência com essa comunidade.

Como se tratou de uma primeira e breve viagem à área, esse relatório enfatizará os problemas mais graves existentes, tornando-se necessário, no entanto, visitas posteriores para maior conhecimento etnológico dos grupos e avaliação mais aprofundada dos efeitos da atuação da FUNAI sobre os Bakairi e da Missão Anchieta sobre os Iranxe.

Além desses grupos, foi contactado incidentalmente um grupo Nambiquara - Alotezu - da reserva de Tirecatinga. Como esse grupo não constava do relatório sobre os Nambiquara, aproveitou a oportunidade para incluí-los, mesmo que com poucos dados, neste relatório. Dadas as diferenças entre os grupos pesquisados, esse relatório apresentará a situação de cada um em separado, iniciando com um breve histórico dos grupos, uma caracterização geral de cada área e, em seguida, os aspectos terra, saúde, atividades produtivas, educação e administração. No caso dos Iranxe e dos Alotezu se discutirá também a atuação da Missão Anchieta na área, no sentido de se explicitar melhor a situação cultural dos grupos indígenas envolvidos.

II. GRUPO INDÍGENA BAKAIRI - BREVE HISTÓRICO

Os Bakairi são um grupo indígena da família linguística Karib, localizados hoje em dia em duas reservas, no Estado do Mato Grosso. Uma delas, onde está o P.I. Santana, se localiza no Município de Nobres, a aproximadamente 300 km. de Cuiabá com uma área de 6.323 ha. e 4.816 m². A outra, onde se localiza o P.I. Bakairi (antigo P.I. Simões Lopes), tem uma área de 49.989 ha., no Município de Chapada de Guimarães, a cerca de 350 km. de Cuiabá.

No entanto, sua área tradicional era muito mais abrangente. Os primeiros contatos e referências históricas sobre os Bakairi datam do início do século XVIII quando se localizavam na região entre o Rio Arinos (que deságua no Rio Juruena e para o qual perde o nome) na Bacia do Rio Tapajós e o Rio Kulisehu, afluente do Rio Xingú. Ao norte essa região alcançava a confluência do Rio Verde com o Rio Paranatinga ou Telles Pires e ao sul chegava até as cabeceiras do Rio Arinos e do Rio Paranatinga. Usavam ainda como área de caça e perambulação a região compreendida entre a cabeceira do Paranatinga, ao norte, e o Rio das Mortes, ao sul, onde foram encontrados no início do século XIX pelo Pe. Manoel Aires Casal.

Nessa extensa região estabeleciam aldeias num movimento de deslocamento que teria se iniciado (segundo a tradição oral dos índios), numa época não localizada historicamente (tempo histórico mitológico), a partir de um local existente ainda hoje: o Salto do Rio Telles Pires, perto do ponto em que ele recebe as águas do Rio Verde. (Ver mapa anexo)

Segundo a tradição indígena, nesse local concentravam-se umas perto das outras, as aldeias originais dos Bakairi que, em função dos constantes ataques dos índios Kaiabi e, posteriormente, também de brancos armados com armas de fogo, dispersaram-se em várias direções: uma parte concentrou-se na região da cabeceira do Rio Arinos (atualmente P.I. Santana), outro grupo se estabeleceu à margem do Rio Paranatinga, perto do Rio São Manuel (próximo do atual P.I. Bakairi) e o grupo maior estabeleceu-se às margens do Rio Kulisehu e do Rio Tamitotoala-Bátovi, afluentes do Xingú.

Em 1719, com a descoberta de minas de ouro no Rio Coxipó, forma-se uma frente de expansão mineradora que atinge os Bakairi do Rio Arinos e, mais tarde, no início do século XIX, também os do Rio Paranatinga, engajando-os como mão de obra escrava.

Em meados do século XIX, com o declínio da mineração começa a se expandir a extração da borracha na região do Arinos. Além disso, a atividade pastoril, de subsidiária passa a ser a principal, expandindo-se e alcançando os campos de pastagens naturais da cabeceira do Rio Paranatinga.

Tanto os Bakairi do Arinos como os de Paranatinga passam a servir de mão-de-obra nas fazendas de criação de gado da região, são catequizados e muitos, por pressão armada dos fazendeiros, acabam morando dentro das fazendas.

II.1. Os Bakairi do Xingú e os do Paranatinga - P.I. Bakairi

Em 1884, acompanhado por vários Bakairis "mansos" da cabeceira do Paranatinga, Steinem faz o primeiro contato com os Bakairi do Xingú, onde localiza 7 aldeias ao longo do Rio Kulisehu e do Rio Tamitotoala-Batovi. A partir daí os Bakairi "bravos" e outros grupos do Xingú passam a receber visita dos Bakairi do Paranatinga e também a visitá-los para adquirir bens da sociedade nacional.

No final do século, o então governador do Estado de Mato Grosso fornece armas e estende o poder do cacique Antoninho, do Paranatinga, a todos os Bakairi do Xingú. Alguns dentre eles já haviam mudado para o Paranatinga e os outros no início do século XX, premido pelas constantes epidemias que passaram a grassar no Xingú, pela pressão de Antoninho e pela crescente dependência dos bens da sociedade nacional, passam a migrar maciçamente para o Paranatinga, abandonando suas aldeias.

Por volta de 1915 quase todos os Bakairi do Xingú já haviam se instalado nas proximidades da cabeceira do Paranatinga, formando 3 aldeias: a do Capitão Antoninho, a do grupo de José Coroado e a do grupo de Kauto, oriundo do Xingú.

Em 1918, a área que hoje ocupam foi doada em usufruto aos índios pelo governo do Estado, através da Resolução Legislativa nº 761 de 20 de junho.

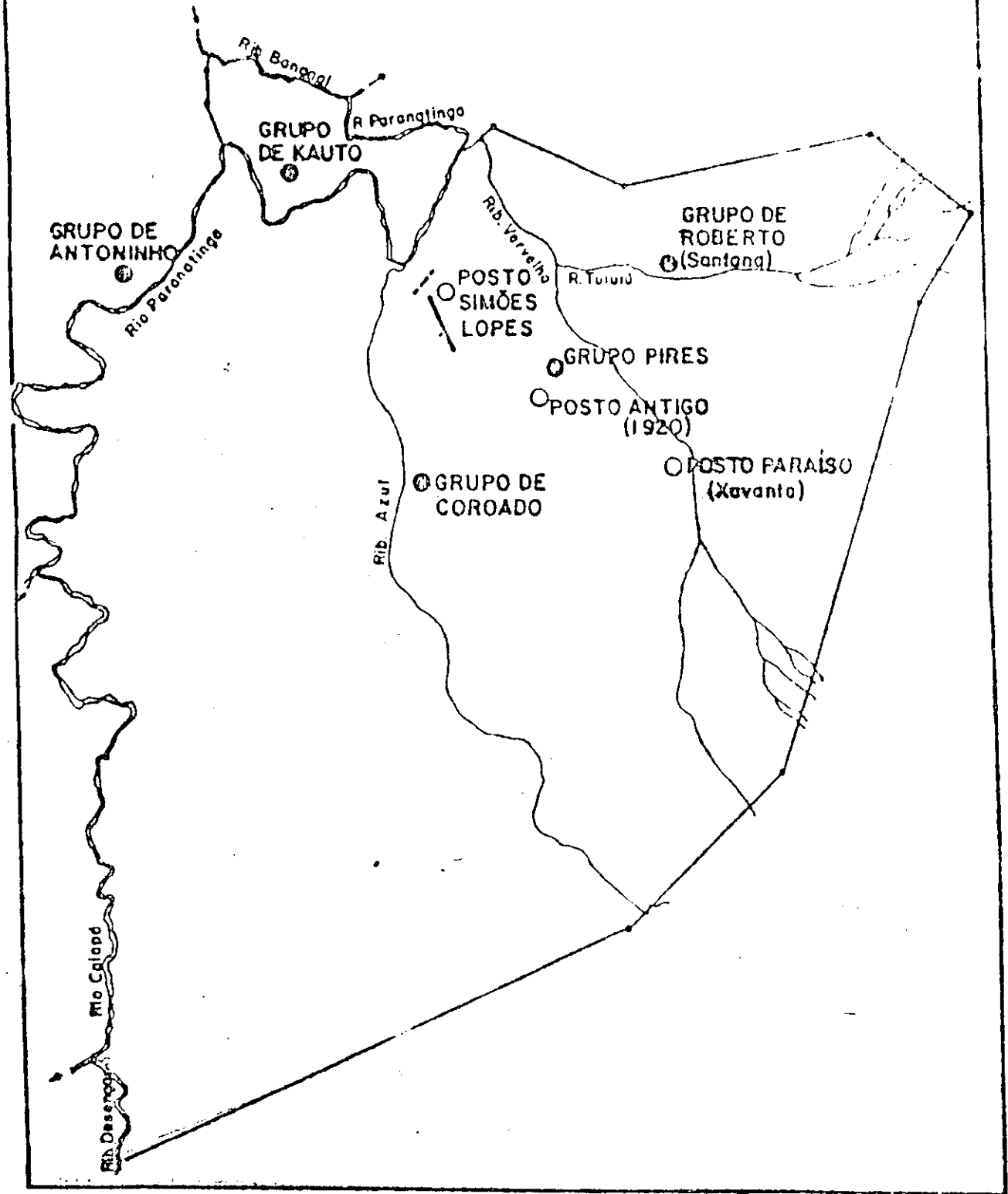
Em 1920 foi criado o Posto Indígena Simões Lopes (hoje P.I. Bakairi), perto da aldeia de José Coroado e, em 1922 migraram os últimos Bakairis do Xingú, liderados pelo cacique Pires. No mesmo ano instalaram-se na área um grupo de Bakairis da reserva de Santana, liderados por Roberto, fugindo à exploração e maus tratos dos fazendeiros. (Ver mapa de localização dos grupos na reserva)

Instalaram-se também, em 1927, o pessoal de South American Indian Mission, já em contato com os xinguanos desde

SIMÕES LOPES

Localização dos Grupos Locais

Área: 49.988 ha.



FONTE: Edir Pina de Barros. Tese de Mestrado.

sua pacificação no Rio Batovi, ficando na área até 1970, quando se retiraram devido a sérios desentendimentos com os índios.

Em 1930, o encarregado do Posto, alegando dificuldades administrativas para garantir a educação escolar e tratamento de saúde para tantas aldeias espalhadas na reserva, ordenou que todos os grupos locais existentes se reunissem. Ao mesmo tempo, o P.I. foi mudado para onde se encontra hoje, perto da confluência do Paranatinga com o rio Azul. Para este local se transferiram todos os Bakairi da reserva formando uma única aldeia, onde a antiga organização circular e as casas amplas de famílias extensas foram substituídas por casas menores, adequadas para abrigar apenas famílias nucleares, distribuídas em ruas, obedecendo a planejamento do SPI.

Sob a orientação de um mestre de obras, os Bakairi construíram as instalações da casa-sede, da escola, do hospital e de um galpão para estocagem. A mudança do posto (1930) marca a implantação de uma nova ordem: ele passa a funcionar nos moldes de uma empresa, explorando a força de trabalho Bakairi de forma mais organizada, visando a auto-suficiência e, ao mesmo tempo, objetivando integrar os índios em práticas econômicas mais "civilizadas", com tecnologias mais produtivas. O rebanho bovino chegou a ter 5.000 cabeças, distribuídos em vários retiros. Existiam também retiros para a criação de porcos e galinhas. Plantavam arroz, feijão, milho, cana de açúcar (para o gado, para a produção de açúcar em barra e rapadura), além dos pomares e hortas, cujo excedente era comercializado em Cuiabá. Os índios eram pagos com bens da sociedade nacional, na medida de sua assiduidade ao serviço, controlada num livro "de ponto", onde se anotavam as presenças e faltas diárias.

Existia ainda uma serraria rústica (manual), um hospital com vinte leitos onde trabalhavam enfermeiras formadas

da South American Indian Mission, estação de rádio transmissor, motor gerador, luz elétrica e água encanada nos prédios do Posto, constituindo-se no local de mais recursos da região.

O P.I. Simões Lopes criado como um posto modelo destinado a atrair, além dos Bakairi, outros grupos xinguanos, passa a fornecer gado, cereais e elementos humanos para a atração dos Xavantes do rio Batovi (atual P.I. Marechal Rondon). Com os Bakairi "mansos" do Paranatinga, já utilizados para pacificar os Bakairi "bravos" do Xingú, foi formada uma equipe de várias famílias que, deslocada para o Batovi, participou da pacificação dos Xavantes, os quais, a partir de 1952 (quando foi consumada a pacificação), passaram a frequentar o Posto. Um grupo deles acabou por se estabelecer próximo à aldeia Bakairi, sendo transferidos em 1962 para o P.I. Paraíso, mais distante mas ainda dentro da reserva, onde ficaram até 1974 quando migraram para as aldeias Xavantes do rio Coluene.

Esse sistema vigorou até 1958. Com a sua decadência, os Bakairi passam gradativamente a trabalhar nas fazendas de gado da região, e seu gado foi sendo transferido para outras reservas.

II.2. Os Bakairi do Rio Arinos - P.I. Santana

Com o declínio da frente mineradora nos meados do século XIX, expande-se a extração da borracha nos seringais nativos. Na primeira fase da extração da borracha, os Bakairis são usados como guias, remeiros, abridores de estrada e elementos de contato com outros índios. Constantemente têm seus bens (gado, cavalos e roças) roubados ou destruídos pelos fazendeiros, que ainda lhes ameaçavam tomar as terras.

Já numa segunda fase, a partir de 1950, inicia-se a instalação de empresas colonizadoras e instaura-se a exploração mais racional da borracha com o plantio de seringueiras e utilização de técnicas mais modernas. Uma dessas empresas, Rio

Novo Ltda. de propriedade dos irmãos Spinelli, instalada em área contígua à reserva, contava em 1963 com 800 habitantes, casas de alvenaria, piscina, igreja, escola, usina elétrica. Para a sede dessa fazenda transferiram-se várias famílias Bakairi, onde passaram a trabalhar sob o sistema de "barracão", isto é, recebiam do armazém da fazenda víveres e utensílios diversos que jamais conseguiam pagar totalmente, ficando sempre endividados e obrigados a continuar trabalhando.

A população que permaneceu na reserva além de fazer roças de subsistência, explorava os seringais, vendendo a borracha para a Rio Novo Ltda. Fazendeiros vizinhos também usavam as pastagens naturais da reserva para a criação de gado e, em troca, abatiam uma rês para a comunidade nos dias de festa religiosa.

Configurava-se uma tutela não oficial dos fazendeiros que, na verdade, exploravam a mão-de-obra indígena e usufruíam de suas terras. A sede da fazenda Rio Novo passou a ser o ponto central de articulação da vida dos índios, que a visitavam pelo menos nos fins de semana, realizando trocas com os empregados e até mesmo suas festas.

Só em 1963 se instalou aí o Posto Indígena Santana da zendo a mediação entre a frente de expansão e a comunidade indígena. No entanto a ordem anterior não foi alterada e continuavam até 1971 a serem explorados pelos irmãos Spinelli, de acordo com observações do novo encarregado que assumiu o posto neste ano. Segundo declarações desse encarregado feitas à antropóloga Edir Pina de Barros, ele teria encontrado os limites violados e os índios escravizados. Aliás, as denúncias de invasões feitas pelos índios à FUNAI são repetitivas e datam já do tempo do SPI, conforme constam dos arquivos do posto, indicando que, até hoje, o SPI e agora a FUNAI, nunca fez valer os direitos legais dos Bakairi.

Entre 1973 a 1975 só ficou uma atendente de enfermagem respondendo pelo posto. Neste ano (1975), os Spinelli venderam a fazenda para novos donos, dedicados à criação intensi

va de gado, não necessitando das famílias residentes na área, os quais foram expulsas de volta para a reserva. Os homens passaram a se empregar nas fazendas da região e a agricultura de subsistência ficou a cargo dos velhos, mulheres e crianças.

Segundo a visão da FUNAI, essa sempre foi uma reserva sem problema e, na prática, isso tem significado o abandono da escola e do posto (em 1977 a escola e a sede do posto ficam fechadas novamente) e o referendo às pressões e à exploração que os fazendeiros realizam com os índios.

III. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA - TERRA (P.I. BAKAIRI)

A área atual, onde se localiza do P.I. Bakairi (antigo Simões Lopes), foi doada a título de usufruto dos índios, pelo Governo do Estado de Mato Grosso, através da resolução legislativa nº 761 de 20 de junho de 1918, ano em que se procedeu à primeira e única demarcação. A área tem 49.989 hectares e o título definitivo foi registrado no Cartório do Segundo Ofício, do Registro Geral de Imóveis da Comarca da Capital, do Estado de Mato Grosso em 24 de janeiro de 1961, conforme consta de cópia em anexo. Situa-se no Município de Chapada dos Guimarães, a aproximadamente 350 km. de Cuiabá, a 68 km de Vinagre, 130 km de Brasilândia e a 268 km da sede do Município, a cidade de Chapada dos Guimarães. Nela vivem atualmente 312 índios Bakairi, divididos em duas aldeias: a aldeia "velha" onde se localiza o posto, com 270 indivíduos e a aldeia "nova" chamada Aturua, com 42 indivíduos.

Quase 90% das terras da reserva são formadas por cerrados e pastagens naturais, com solo de baixa fertilidade, entremeado com manchas esparsas de fertilidade média e, 10% se compõem de matas ciliares, ao longo dos córregos e rios que cortam a reserva.

A demarcação realizada em 1918 necessita ser refeita pois muitos marcos desapareceram e outros, segundo os índios, foram mudados de seu local original. Fizemos o contorno da área com o cacique atual e um grupo de índios, examinamos a situação das terras e pudemos constatar que:

1. o marco nº 2, perto do campo de aviação da Fazenda de Eduardo (ex-Orlandó e Cia. Ltda.) sumiu;

2. uma parte da cerca de arame da reserva foi levantada em lugar errado: começa no marco três e vai diretamente ao marco cinco, deixando de fora uma área triangular da reserva compreendida entre o marco 3, 4 e 5. Por hora não há ninguém dentro dessa área, mas a cerca precisa ser refeita pois

há sempre o risco de invasão, principalmente de uma área que aparenta estar fora dos limites da reserva.

3. os limites da reserva com a Fazenda Elca Flora es tão bastante confusos. Dizem os índios que o proprietário an tigo, Dr. Flávio Malzoli, deslocou o marco nº 7, juntamente com a placa da reserva, há mais ou menos quatro anos atrás. Segundo os índios, a placa ficava no entroncamento da estrada ve lha que circundava a reserva (feita em 1945) com a estrada no va, mais ou menos 1 km ao norte, acima do local onde se en contra agora. O marco estava perto da cabeceira do ribeirão Azul (conforme está assinalado no mapa que a FUNAI nos forneceu), e encontra-se agora, mais ou menos um quilometro abaixo, perto da placa da reserva.

4. o marco nº 6 desapareceu de seu local original e fomos encontrá-lo no meio da plantação de eucaliptos da Fazenda Elca Flora.

5. parece que o atual proprietário da Fazenda Elca Flora comprou a fazenda já com os limites alterados pelo anti go dono. Os Bakairi denunciam essa alteração nos limites já há alguns anos e quando a fazenda passou a fazer a limpeza do cerrado para plantar os eucaliptos, eles protestaram, pedi ram providências à 5a. DR da FUNAI em Cuaibã e, por fim, o cacique anterior, Odil, chegou a ir à Brasília em setembro de 1982 e formalizou um pedido de providências no DGPI, quando foi prometida a ida de um topógrafo para determinar os limi tes corretos da reserva.

6. apesar da indefinição dos limites, foi possível perceber, usando como ponto de referência o Morro do Daniel e a cabeceira do Córrego Azul, que a plantação de eucaliptos avança bastante dentro da reserva, evidenciando sem sombra de dúvida uma invasão de extensa área. A linha seca que parte do marco 5 foi invadida a partir do sopé do Morro do Daniel. Do marco nº 5, ela originalmente continuava em linha reta até

o marco nº 6 e só então quebrava na direção sudoeste para encontrar o marco nº 7, perto da cabeceira do ribeirão Azul. Atualmente, com a invasão da Elca Flora e o deslocamento do marco nº 7, mais para o sul, ela quebra já no sopé do morro do Daniel e, sem passar pelo marco nº 6, vai na direção sudeste num ângulo mais fechado que o original até perto do local para onde foi deslocado o marco nº 7. (Ver mapa em anexo, onde assinamos aproximadamente a área invadida)

7. o proprietário da fazenda Elca Flora, segundo informações de funcionários da 5a. DR em Cuiabá e de acordo com os índios, está disposto a se retirar da área desde que os limites sejam definidos oficialmente.

8. dada a escassez de terra fértil dentro da área reservada, à quase extinção da palmeira buriti, de cujas folhas os Bakairi se utilizam tradicionalmente para cobrir suas casas e, em função de ter se constituído outrora em território por eles habitado e que lhes serve até hoje como área e perambulação, os Bakairi estão reivindicando a incorporação de uma área contígua à reserva.

Visitamos a área pretendida e constatamos que está aparentemente desocupada, a não ser por uma pequena fazenda de criação de gado, pertencente a um Sr. Eduardo, que a teria comprado dos missionários da South American Indian Mission e/ou que parece ter pertencido à Orlando e Cia. Ltda. tempos atrás. Não nos foi possível colher mais dados a esse respeito. A área pretendida forma um triângulo irregular: é delimitada por uma linha seca que, partindo do marco nº 3 (ver no mapa anexo) segue na direção SW num ângulo de mais ou menos 45°, em linha reta, até encontrar o córrego Pindoba, segue por sua margem esquerda até o ponto em que ele alcança o rio São Manuel (rio Paranaatinga), aí segue por sua margem direita até o marco nº 1, na barra do ribeirão Vermelho.

Além dos motivos expostos acima os índios argumentam que:

- a área foi habitada por eles e ainda hoje é fundamental para a caça, importante para sua dieta alimentar e para fornecer folhas de buriti, necessária para refazer de tempos em tempos o telhado de suas casas;

- se fosse incorporada à reserva acabaria com o problema da escassez de terras férteis, pois ela contém mais matas ciliares e terras melhores para o plantio;

- como prova histórica de seu direito sobre ela, mostraram-me os restos de uma velha tapera e de um cemitério índio, existentes a pouco menos de 20 km da aldeia, dentro da área que reivindicam, indo por uma trilha paralela ao córrego Capucho. Perto dessa tapera, a 20 km da aldeia, na mesma trilha, encontram-se vestígios de um curral e de uma cerca que, segundo os índios, são o que restou de um retiro de gado, do antigo SPI, desativado em 1954 ou 1956.

Essa trilha vai quase até o ponto de encontro do córrego Pindoba com o rio Paranatinga (rio São Manuel), onde existem dois antigos marcos, do mesmo tipo que os usados na demarcação da área em 1918. (Ver foto em anexo), o que, segundo os índios, confirma o reconhecimento dessa área como sua^(*).

CONCLUSÃO (Terras)

A invasão da reserva pela antiga fazenda F-F, atual Elca Flora, e o deslocamento dos marcos datam de mais ou menos quatro anos. O plantio de eucaliptos que configura a atual área invadida data de mais de um ano. Os índios já vem denunciando essa situação desde seu início e, apesar das promessas do DGPI e dos funcionários da FUNAI, até agora nenhuma providência concreta foi tomada. O topógrafo ainda não havia aparecido na data em que visitamos a área e a aviventação dos limites não havia sequer começado. A demora no esclarecimento e demarcação dos limites tende a complicar a situação, na medida em que a plantação de eucaliptos se desenvolve e a ocupa

(*) O grupo que participou do reconhecimento dessa área e dos limites reserva foi composto por: Militão Egufo, Carlos Taukani, Macedônia Maiauaî, Fernando Maïuka, Armando Kutiaka, José Augusto Pairague, Antonio Rondon Kogapî (atual cacique), Davi Alakoi, Miguel Xerente, Reginaldo Jakaura, Ronaldo Kuiura, Laerte Agari, Luiz Apakano, Edir Pina de Barros (antropóloga) e Rinaldo S.V. Arruda (antropólogo).

ção da área se solidifica. Além disso, apesar das promessas do fazendeiro em se retirar do local assim que os limites forem oficialmente definidos, a tensão tende a crescer e a degenerar em conflitos. Por isso se torna inadiável a demarcação desses limites.

Com relação à área pretendida pelos índios, seria importante fazer um levantamento da situação legal das terras (verificar a existência e a validade do título de propriedade do Sr. Eduardo e, se existem outros proprietários ou se são terras da União).

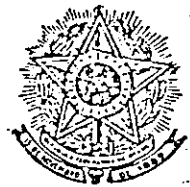
Seria recomendável examinar as possibilidades de anexação dessa área à reserva, já que além dos argumentos apresentados pelos índios, ainda há o fato de que a população está aumentando e, isso contribuiria de maneira decisiva para possibilitar uma melhoria de suas condições de vida (já que a caça, a terra fértil e a palmeira buriti escasseiam na reserva atual), criar melhores condições para garantir a auto-suficiência da comunidade, estancando o desvio de força de trabalho para as fazendas da região.

Na medida em que a demarcação da área ainda está por ser feita, essa seria uma boa oportunidade.

As trilhas que cortam a área tem sido de uso exclusivo dos índios, os quais chegaram mesmo a recusar verba da FUNAI destinada à compra de uma balsa para a passagem pelo rio Paranatinga, a qual encurtaria bastante a viagem para Cuiabá. Com a balsa, segundo os índios, os fazendeiros locais passariam também a atravessar a área, encurtando o caminho.

O estado das trilhas é bastante precário, principalmente na época das chuvas. Seria aconselhável, junto com a demarcação, se proceder à melhoria dos caminhos que circundam a reserva, facilitando a vigilância dos limites, já realizada mensalmente pelos índios que formaram uma equipe para este fim.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DE MATO GROSSO - COMARCA DA CAPITAL
REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS

Luz - Philippe Ferreira Leite
OFICIAL DO REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS
Moacyr Pinto de Magalhães
SUBSTITUTO
Estado de Mato Grosso
Cadastrado

Cartório do Segundo Ofício

Travessa João Dias, 212 - Tel. 2592

Luis-Philippe Pereira Leite Moacyr Pinto de Magalhães
Oficial do Registro de Imóveis Substituto

EXTRATO PARA TRANSCRIÇÃO

Circunscrição: Município de Chapada dos Guimarães.

Denominação ou rua e n.º Posto Indígena Simões Lopes.

Características e confrontações: Lote de terras com a área de 49.989 ha., tendo a configuração de um polígono irregular e marcos: o 1º, na barra do ribeirão Vermelho com o rio Paranatinga e nos limites das terras de Orlando & Cia. Ltda.; o 2º, próximo ao morro da Guia e nos limites das terras de Orlando & Cia. Ltda. distante 5.320 mts. do 1º, em dois rumos, servindo de limite natural entre o 1º e 2º marcos, o córrego Vermelho, água acima até a barra da cabeceira do marco e este acima até a sua cabeceira; o 3º, no cerrado e nos limites das terras de Orlando & Cia. Ltda. e terras devolutas, distante 7.250 mts. do 2º, ao rumo de 120º 00' NW; o 4º, junto a estrada de rodagem velha e nos limites das terras devolutas, distante 3.600 mts. do 3º, ao rumo de 37º 30' NE; o 5º, nos limites das terras devolutas, distante 2.990 mts. do 4º, ao rumo de 59º 00' SE; o 6º, no campo, nos limites. Continua no verso.

Nome, nacionalidade, estado, profissão e domicílio do adquirente:
POSTO INDIGENA SIMÕES LOPES.

Nome, nacionalidade, estado, profissão e domicílio do transmitente
O ESTADO DE MATO GROSSO.

Título da Transmissão: Usufruto dos índios aldeados no Posto Indígena Simões Lopes.

Forma do título, data e nome do serventuário: Título definitivo de 24-1-61, registrado às fls. 291 à 293, do livro 72, ho D.T.C.

Valor no contrato: Não consta.

Cr\$ Não consta

Condições do contrato: Resolução Legislativa nº 761, de 26-6-1.918.

L.P.P.L.7

PROTOCOLO: Apresentado no dia 27.335, fls. 217 do Livro nº 3, em 9/6/1965. Número de 19... Página...

O Oficial do Registro
Moacyr Pinto de Magalhães

RECEBIDO - O Transcrito
Luz - Philippe Ferreira Leite
OFICIAL DO REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS
Moacyr Pinto de Magalhães
SUBSTITUTO
Estado de Mato Grosso
Cadastrado

Características e confrontações:

limites das terras devolutas, distante 13.700 mts. do 5º -
 - ao rumo de 72º 30' SE; o 7º, no campo, ainda nos li-
 mites das terras devolutas, distante 2.260 mts. do 6º -
 8º rumo 45º 00' SE; o 8º, no campo, a 160 mts. da mar-
 gem direita do rio Desengano e nos limites das terras
 devolutas, distante 15.800 mts. do 7º, ao rumo de 25º
 20' SE; o 9º, a 300 mts. da barra do rio Caiapó - ou - o
 rio Paranatinga, distante 23.800 mts. do 8º, em vários
 ramos, servindo de limite natural entre o 8º e o 9º mar-
 cos, o rio Desengano, margem direita, até a sua barra,
 no ribeirão Caiapó e este abaixo, também margem direita
 até a sua barra no rio Paranatinga; o 10º, na barra da
 Cabeceira Verde, com a margem esquerda do rio Parana-
 tina ga; e nos limites das terras do lote São Diogo, distan-
 te 18.470 mts. do 9º, em vários ramos, servindo de li-
 mite natural entre o 9º e o 10º ramos o rio Parana-
 tina ga, margem direita; o 11º, na beira da estrada de ro-
 ta gem e nos limites das terras do lote São Diogo, distan-
 te 1.100 mts. do 10º, ao rumo 71º 00' SW; o 12º, a 270
 mts. da margem direita do ribeirão Bananal e nos limi-
 tes das terras do lote de São Diogo, distante 960 mts.
 do 11º, ao rumo de 87º 45' NW; o 13º, a 300 mts. da bar-
 ra do ribeirão Bananal - ou - o rio Paranatinga, distante 3
 3.750 mts. do 12º, ao rumo de 13º 45' NE, servindo de
 limite natural entre o 12º e 13º ramos, o ribeirão Ba-
 nanal, margem direita, e a 3.600 mts. do 1º, ao rumo de
 23º 00' NE, servindo de limite natural entre o 1º e 13º
 ramos, o rio Paranatinga, margem esquerda.

O referido é verdade e dou fé.
 Curitiba 13 de Setembro de 1.971

[Handwritten Signature]
 Oficial do Registro de Imóveis

Luiz - Filipe Pereira Leite
 OFICIAL DO REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS
 Manoel Pinto de Magalhães
 SUBSTITUTO
 Curitiba - Estado de Paraná

Autentico e presente for
 Curitiba, 19 DEZ 1971

Cartório do 6º Ofici

Joaquim José de Jesus
 Tabelião
 Joana Maria de Jesus
 Tabeliã

Pagou Taxa Judiciária conforme
 conhecimento no 337947
 Recebedoria em 16 de 08 de 19 11
[Handwritten Signature]

Característicos e confrontações da Reserva

Lote de terras com 49.989 ~~hectares~~ hectares, configuração de um polígono irregular e marcos: o 1º, na barra do ribeirão Vermelho com o rio Paranatinga e nos limites das terras de Orlando & Cia Ltda, o 2º, próximo ao morro da Guia e nos limites das terras de Orlando e Cia Ltda, distante 5.320 metros do 1º, em dois rumos, servindo de limite natural entre o 1º e o 2º marcos o córrego Vermelho, água acima até a cabeceira do marco e esta acima / até a sua cabeceira; o 3º, no cerrado e nos limites das terras de Orlando e Cia Ltda e terras devolutas, distante 7.250 metros do 2º, ao rumo de 12º 00' N W; o 4º, junto a estrada de rodagem velha e nos limites das terras devolutas, distante 3.600 mts do 3º, ao rumo de 37º 30' NE; o 5º, nos limites das terras devolutas, distante 2.900 metros do 4º, ao rumo de 59º SE; no campo / nos limites das terras das terras devolutas, distante 13.700 metros do 5º, ao rumo 72º 30' SE, (no campo, ainda nos limites das terras devolutas, distante 6.260 metros do 6º, ao rumo do 45º / 00' SE;) o 6º, no campo, ainda nos limites das terras devolutas, distante 6.260 metros do 5º, ao rumo de 45º 00' SE; no campo, a 100 metros da margem direita do rio Desengano e nos limites das terras devolutas, distante 15.800 metros do 7º, ao rumo de 25º 20' SE; o 9º, a 300 metros da barra do rio Caiapó com o rio Paranatinga, distante 23.800 metros do 8º, em vários rumos servindo de limite natural entre o 8º e o 9º marcos o rio Desengano, margem direita, até a sua barra no ribeirão Caiapó e este abaixo, também margem direita até a sua barra no rio Paranatinga; o 10º, na barra da Cabeceira Verde com a margem esquerda do rio Paranatinga e nos limites das terras do lote São Diogo, / distante 18.470 metros do 9º, em vários rumos; servindo de limite natural entre o 9º e 10 marcos e rio Paranatinga, margem direita; o 11º, na beira da estrada de rodagem e nos limites das terras do lote São Diogo, distante 1.100 metros do 10º, ao rumo 71º 00' SW; o 12º, a 270 metros da margem direita do ribeirão

cont.

Bananal e nos limites das terras do lote São Diogo, distante 960 metros do 11º; ao rumo de 87º 45' N W, a 300 metros da barra, do ribeirão Bananal com o rio ~~Exz~~ E Paranatinga, distante 3.750 metros do 12º, ao rumo de 13º 45' NE, servindo de limite natural entre o 12º e o 13º marcos o ribeirão Bananal margem direita e a 3.600 metros do 1º, ao rumo de 23º 00' NE, servindo de limite natural o rio Paranatinga, margem esquerda;.....

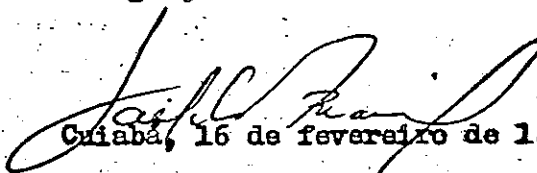
Era o que se continha no mencionado extrato, transcrito por certidão.

O referido é verdade e dou fé.

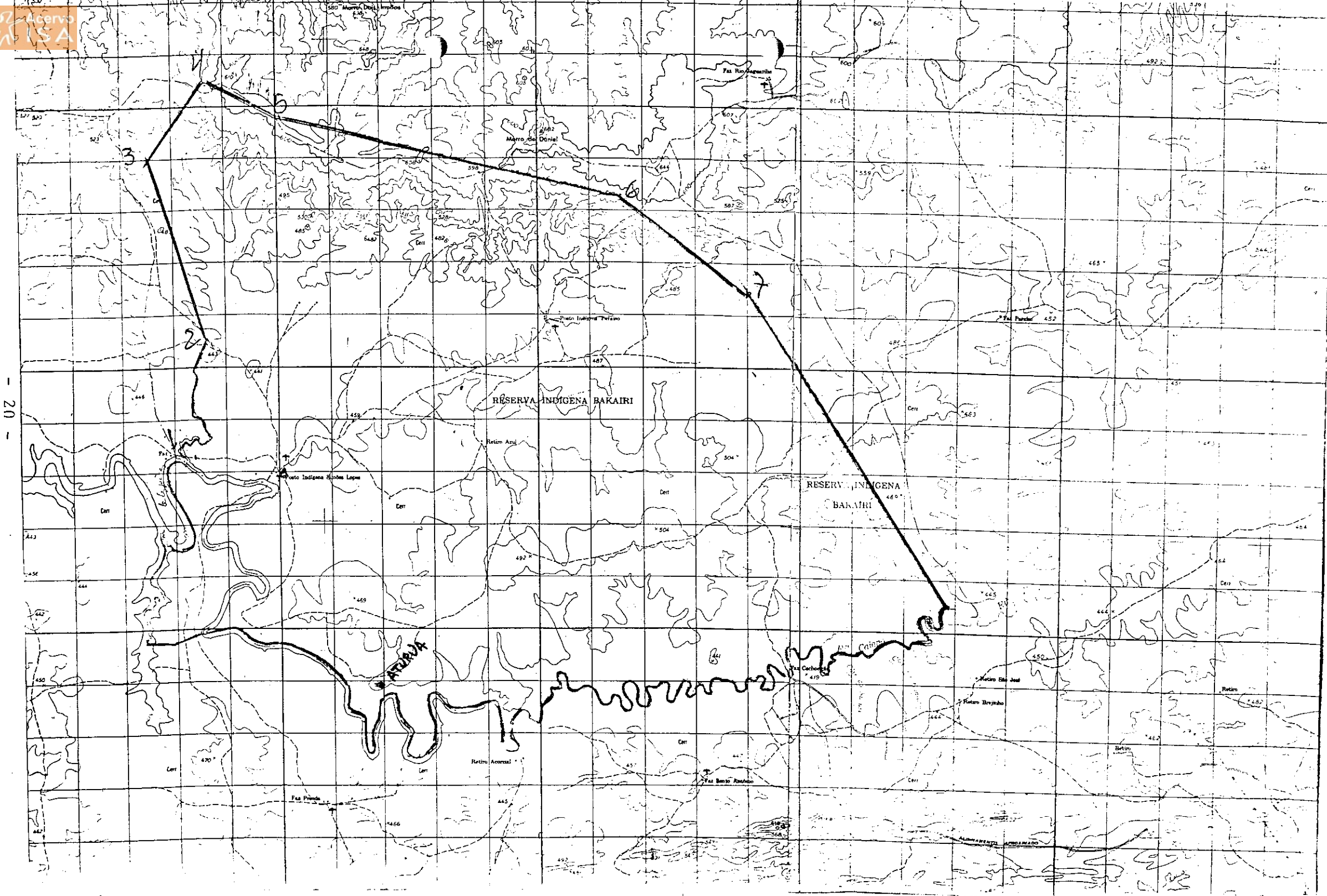
Guiabá, 9 de junho de 1.965.

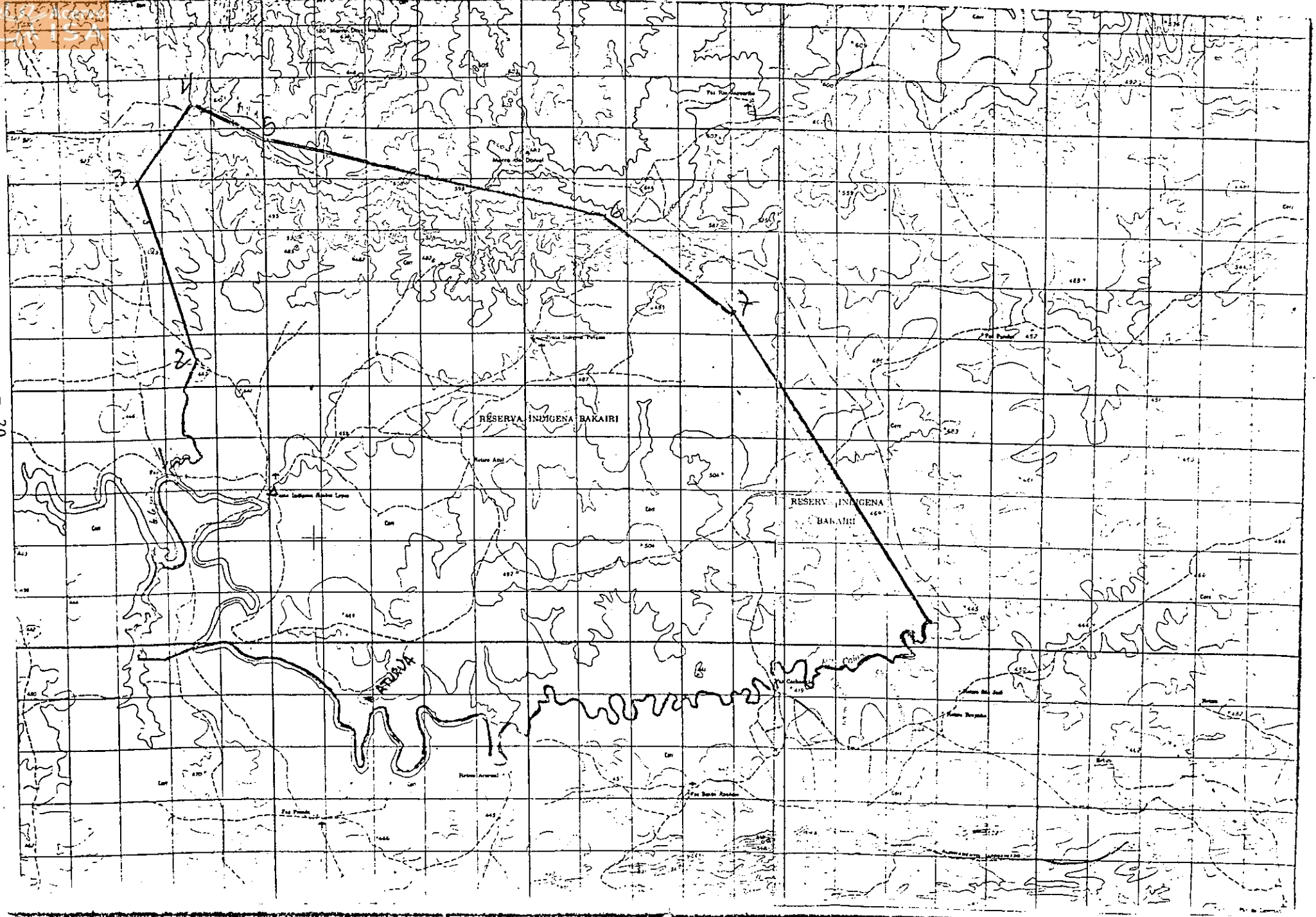
OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS

OBS: Não existe mais terras devolutas na áreas, as mesmas atualmente são fazendas legalizadas.


Guiabá, 16 de fevereiro de 1.975

CHEFE P.I. BAKAIRI





IV. CARACTERÍSTICAS GERAIS, POPULAÇÃO E SAÚDE (P.I. BAKAIRI)

A aldeia principal, onde se localizam as instalações do posto, situa-se num ponto distante aproximadamente um km. em perpendicular da desembocadura do córrego Azul no Rio Paranatinga. A outra aldeia, Aturua, começou a ser construída no final de 1982 e só em abril de 1983 foi ocupada pelas primeiras famílias. Em julho de 1983 mudaram mais algumas e outras prepararam suas casas, planejando mudar-se em outubro de 1983. A aldeia foi construída perto do local da antiga aldeia do cacique Antoninho, a 12 km. da aldeia principal na direção SE, a uns dois km da margem direita do Paranatinga depois de passar o córrego do Antoninho. (Ver no mapa da reserva)

No momento em que lá estivemos, na aldeia Aturua existiam 10 casas e na aldeia principal, 53. As casas são dispostas em forma de arruamento não reproduzindo, já desde o tempo do SPI, a organização tradicional do espaço tribal. Construídas de pau a pique e cobertas com folhas da palmeira buriti, assemelham-se a casas de caboclos.

Em geral tem duas divisões internas e um "puxado" na parte de trás usado como cozinha e atrás da cozinha, separado do corpo da casa, existe em grande número de casas, com banheiro sem esgoto, com fossa aberta.

A água utilizada, de qualidade aparentemente boa, um pouco solôbra na seca, provém de um poço na aldeia, de 13 metros de profundidade por 2,20 m de diâmetro, que também abastece as instalações do Posto através de uma bomba à óleo diesel. Como o poço costuma ficar destampado, possibilitando a poluição da água com a queda de insetos, poeira e até morcegos, a população, principalmente a das casas mais próximas ao córrego Azul, prefere utilizar suas águas que, além do mais, são mais frias que as do poço.

O lixo, em geral é queimado ou jogado dentro de um velho poço, atualmente seco, existente em outro ponto da aldeia.

As instalações do Posto compreendem a casa sede, de alvenaria, construída em 1946, necessitando de reparos no telhado e na calçada. De um barracão usado como galpão de máquinas, de alvenaria, construído em 1930, necessitando reparos nas paredes (rachadas), troca de portas e janelas podres, de caiação e pintura. Do edifício da escola, de alvenaria construído em 1942, em péssimo estado, necessitando de reforma do telhado que está com inúmeras telhas quebradas, troca de portas e janelas podres, de caiação e de pintura. O hospital, com 459 m² de área construída, com 15 divisões internas, 6 portas externas, 22 portas internas, 42 janelas, além de uma área interna acimentada de 17 x 7 metros de área. De alvenaria, construído em 1942, está em péssimo estado necessitando de reforma do telhado, reboco nas paredes, troca de portas e janelas, caiação e pintura.

Além disso existe na aldeia um campo de pouso, cercado para evitar a entrada de gado, em boas condições.

IV.1. População

Na época dos primeiros contatos com os Bakairi, estabelecidos por Steinem em 1884, a população total era de 403 indivíduos: 22 no rio Paranatinga, 55 na região do Rio Arinos (atual P.I. Santana) e 326 na região dos afluentes do Xingú. Em 1947 Fernando Altenfelder assinala uma população de 250 indivíduos somando os do Posto Simões Lopes e os da região do Arinos. Os dados populacionais disponíveis, referentes ao Posto Simões Lopes (atual P.I. Bakairi) nos anos posteriores são os seguintes:

ANO	POPULAÇÃO	CRESCIMENTO
1948	158	
1952	137	- 15,32%
1954	145	+ 5,83%
1962	160	+ 10,34%
1965	167	+ 4,37%
1975	231	+ 38,32%
1977	248	+ 7,36%
1980	273	+ 10,08%
1981	296	+ 8,42%
1982	301	+ 1,69%
1983	312	+ 3,65%

Podemos perceber que a população vem crescendo numa progressão constante, principalmente depois de 1965. Comparando-se a população daquele ano com o de 1983, observava-se um crescimento de 86,82% no espaço de 18 anos. E de 1977 a 1983 um crescimento de 25,80%, bastante significativo para um espaço de 6 anos.

As taxas de nascimentos e óbitos de 1978 para cá (conforme quadro a seguir) demonstram a constância do maior número de nascimentos em relação aos óbitos. Por outro lado, muitos índios desaldeados há vários anos tendem a voltar para a aldeia: no momento existem 25 índios que, tendo trabalhado e alguns vivido nas fazendas da região, estão atualmente na reserva e recebem aposentadoria pelo Funrural. Infelizmente não obtivemos dados completos sobre as taxas de nascimentos e óbitos de anos anteriores, não podendo calcular exatamente a importância relativa desses dois fatores na taxa de crescimento populacional.

REGISTRO DE NASCIMENTOS E ÓBITOS - P.I. BAKAIRI

ANO	NASCIMENTOS			ÓBITOS			POPULAÇÃO
	MASC	FEM	TOTAL	MASC	FEM	TOTAL	
1977	-	-	-	-	-	-	248
1978	4	6	10	1	-	1	-
1979	5	5	10	1	1	2	-
1980	4	4	8	1	1	2	273
1981	5	-	5	2	1	3	296
1982	7	5	12	3	1	4	301
1983	4	5	9	2	1	3	312
TOTAL	29	25	54	10	5	15	

FONTE: Registro de nascimentos e óbitos da enfermaria da aldeia.

Porém, sem contar os nascimentos e óbitos de 1977, dos quais não temos dados, deste ano até 1983 a população aumentou em 64 pessoas, sendo na sua maior parte (46 pessoas), devido a nascimentos, e somente 18 com a vinda de adultos que se encontravam fora da reserva.

No P.I. Bakairi o número de mulheres supera o número de homens em todas as faixas etárias até 41 anos, enquanto que no P.I. Santana o número de mulheres é menor que o de homens. Tem ocorrido casamentos de indivíduos do P.I. Santana com mulheres do P.I. Bakairi. Como a tradição tribal, seguida entre os Bakairi desta reserva, estabelece como regra de residência que o genro more e trabalhe com o sogro, uma parte do incremento populacional se deve também a esses casamentos que obrigam os homens do P.I. Santana a mudarem para o P.I. Bakairi.

A população atual do P.I. Bakairi assim se distribui:

P.I. BAKAIRI - SETEMBRO/83

ALDEIA BAKAIRI E ATURUA

FAIXA ETÁRIA	BAKAIRI			ATURUA			TOTAL GERAL		
	MASC	FEM	TOT	MASC	FEM	TOT	MASC	FEM	TOT
0 - 6	27	22	49	5	5	10	32	27	59
7 -13	19	25	44	3	3	6	22	28	50
14-20	18	22	40	3	5	8	21	27	48
21-27	16	19	35	2	2	4	18	21	39
28-34	13	21	34	1	1	2	14	22	36
35-41	8	12	20	3	2	5	11	14	25
42-48	11	4	15	2	2	4	13	6	19
49-55	7	5	12	1	1	2	8	6	14
56-62	1	1	2	0	0	0	1	1	2
63-69	1	0	1	0	0	0	1	0	1
70 e +	7	10	17	0	1	1	7	11	18
ignorada	1	0	1	0	0	0	1	0	1
TOTAL	129	141	270	20	22	42	149	163	312

Aldeia Bakairi: 53 casas

Aldeia Aturua: 10 casas

Total de Casas: 63

Média de habitantes por casa: 4,95

IV. 2. Saúde

O atendimento rotineiro na área de saúde, desde 1969 é feito por uma atendente de enfermagem, Índia Bakairi, com formação profissional de um ano e meio de estudos na Missão Protestante de Goiânia e um curso de atualização de um mês em Dourados. É responsável direta pelo atendimento de toda a população do posto: diagnostica (segundo ela muito mais pela prática dos

anos em que atende do que pelos ensinamentos recebidos nos cursos que realizou), determina tratamento e medicamentos. Nos casos mais graves a 5a. D.R. da FUNAI alertada através do rádio do posto, freta avião para transportar o doente à chácara ambulatório em Cuiabá. Outra possibilidade é transportar o doente para o hospital de Paranatinga, a mais ou menos 100 km da aldeia. No entanto, essa solução é rara, pois as más condições da estrada tornam a viagem demorada (mais ou menos 3 horas) e bastante desconfortável.

Além do atendimento local, a reserva recebe a visita da Equipe Volante de Saúde (EVS) duas vezes por ano, em média. Formada por um médico, um odontólogo, uma atendente de enfermagem, uma assistente social, um auxiliar de laboratorista e dois motoristas, essa equipe deve atender anualmente 7 postos indígenas e mais a reserva Pareci. A duração de cada visita no P.I. Bakairi, tem sido em média de uma semana. Fazem atendimento simultâneo e cada especialista tem fichas específicas. Podemos constatar que o controle da vacinação (Sabin, Triplíce, BCG, Anti-sarampo e Anti-amarílica) atinge todas as crianças e a quase totalidade da população adulta, excetuando-se um ou outro indivíduo que se encontrava fora da aldeia por ocasião das visitas da EVS.

O auxiliar de laboratorista colhe as amostras que são posteriormente analisadas em Cuiabá, enviando depois os resultados e o tratamento a ser incrementado na área pela atendente.

A aparência geral dos Bakairi é relativamente saudável. No entanto, essa aparência é enganosa quando se sabe que apesar do controle de tuberculose ocorrer oficialmente há mais ou menos 13 anos, só em 1982 se registraram 28 casos na aldeia, um número bastante alto em relação à população.

Em 1983 esses 28 casos foram considerados curados, tendo aparecido mais dois casos, atualmente. Segundo a equipe da EVS, a tuberculose é contraída pelos índios nas fazendas onde vão trabalhar e se estendem aos membros de suas famílias.

Levando-se em conta que a população é vacinada contra a tuberculose é de se estranhar um número tão alto de infectados, devendo-se examinar as condições de conservação e aplicação das vacinas. Além disso, apesar da EVS ter realizado duas visitas em 1982 (no mês de maio e no mês de dezembro) o auxiliar de laboratorista só foi na visita do mês de maio, acentuando a precariedade do controle da tuberculose, que só foi repetido na visita de agosto de 1983.

As doenças mais comuns, além da verminose e diarreia, são as doenças pulmonares, como gripe, bronquite, enfisema, pneumonia, tuberculose. Há também casos de gastroenterite, de pênfigo (fogo selvagem) e mais raramente de câncer na face e ginecológico.

As causas dos óbitos de 1978 para cá e a ficha de atendimento médico das duas últimas visitas da EVS, confirmam essa incidência:

<u>ANO</u>	<u>CAUSA DA MORTE</u>	<u>IDADE</u>	<u>SEXO</u>
1978	parto prematuro	recém-nascido	masc
1979	bronquite aguda	um ano	masc
	cólica intestinal	sete meses	fem
1980	bronquite	um ano	masc
	parto prematuro	recém-nascido	fem
1981	diarreia aguda	um ano	masc
	coma alcoólico	53 anos	masc
	cólica intestinal	31 anos	fem
1982	derrame causado por acidente	28 anos	masc
	ataque de tamanduã	81 anos	masc
	parto prematuro	recém-nascido	fem
1983	velhice	72 anos	masc
	câncer na face	89 anos	masc
	tuberculose	11 meses	fem

P.I. BAKAIRI - CASOS ATENDIDOS - MAIO/82 E DEZEMBRO DE 1982

<u>MAIO</u>		<u>DEZEMBRO</u>	
Gripe	33	Pênfigo	06
Gastroenterite	02	Gripe	23
Pênfigo	04	Consultas de rotina	79
Bronquite	02	Dor articular	18
Dor articular	23	Escabiose	06
Anemia	04	Conjuntivite	09
Conjuntivite	05	Otite externa	02
Ferida Infectada	03	Dermatite inespecífica	10
Gestante sadia	04	Hipertensão	05
Recém natos sadios	03	Gestante	05
Puérperas sadias	03	Gastroenterite	05
Escabiose	12	Tricomoniose	09
Consultas de rotina	76	Gastrite	07
Pneumopatia	03	Amigdalite	04
Hipertensão Arterial	03	Ferida Infectada	03
Bócio	02	Tuberculose pulmonar	01
Lombalgia	32	Anexite	03
Gastrite	04	Bronquite	02
Cefaléia	07	Micose superficial	08
Amigdalite	10	Bócio	02
Dermatite inespecífica	11	Lombalgia	27
TOTAL	248	TOTAL	234

A maioria das crianças nasce na aldeia, sendo raras as mulheres que vão dar à luz na chácara ambulatório em Cuiabá. Em geral, em virtude do alto custo de frete de avião, só vão para tratamento em Cuiabá os casos diagnosticados como realmente graves. Como as visitas da EVS são poucas e de curta du

raçãoeodiagnóstico das doenças é feito na maior parte das vezes sem muita segurança pela atendente, talvez isso explique o maior número de crianças (8) de menos de um ano nos óbitos ocorridos desde 1978.

O tratamento dentário realizado nas visitas da EVS, segundo o odontólogo da equipe, se concentra principalmente nas crianças da faixa etária de 6-14 anos, onde procura executar um plano incremental, isto é, acompanhar o estado da dentição permanente na medida em que ela for se formando. Na população adulta ele constata necessidades dentárias, mas em virtude das poucas visitas não há condições de finalizar tratamentos. Na verdade, as cáries incipientes são deixadas de lado e só trata os dentes efetivamente em mau estado, sendo grande a incidência de extrações.

A fluoretação só é realizada em pequeno número de casos e sem regularidade.

No quadro abaixo percebe-se, no ano de 1981, uma mêdia de 2,54 extrações por paciente atendido e somente 1,23 obturações por paciente. Em 1982, nas duas visitas realizadas foram atendidas 155 pessoas com uma média de 1,70 extrações e 1,75 obturações e na visita de agosto de 1983 foram atendidas 107 pessoas com uma média de 1,38 extrações e de 1,47 obturações por pessoa. Apesar de nos dois últimos anos a média de obturações ter subido em relação a das extrações, estas ainda constituem um número bastante alto, caracterizando o atendimento dentário como um serviço de emergência.

O número irrisório de serviços de profilaxia e fluoretação demonstram cabalmente a não existência de um atendimento preventivo, tornando difícil modificar o tipo de atendimento. Sem um plano de prevenção efetivo, nas raras e rápidas visitas que faz à aldeia, o odontólogo sempre deverá dedicar-se apenas aos casos mais extremos, que se desenvolveram em sua ausência, deixando de atender grande parte da população com problemas dentários incipientes, que só poderão contar com seus cuidados quando se tornarem graves e na maior parte das vezes sem solução.

P.I. BAKAIRI - ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO

1981, 1982 e 1983

ANO	Nº DE ATENDIDOS	EXTRAÇÕES		OBTURAÇÕES		PROFILAXIA		FLÚOR		PRÓTESE		CANAL	
1981	149	379	2,54	183	1,23	3	0,02	3	0,02	7	0,04	-	
1982	155	263	1,70	272	1,75	106	0,68	104	0,67	15	0,09	5	0,03
1983	107	148	1,38	158	1,47	14	0,13	14	0,13	-	-	4	0,03
TOTAIS	411	790	1,92	613	1,49	123	0,29	121	0,29	22	0,05	9	0,02

FONTE: Fichas de atendimento odontológico usadas pelo Dr. Orlando Tahuata, da Equipe Volante de Saúde (EVS) da FUNAI.

PRINCIPAIS PROBLEMAS

Apesar da existência do hospital, as condições de atendimento na aldeia são bastante precárias: o hospital não tem leitos, nem acomodações, isto é, não é usado como tal e o fornecimento de medicamentos pela FUNAI é irregular, faltando muitas vezes medicamentos fundamentais. Por exemplo, na ocasião de nossa visita não havia soro anti-ofídico.

Com a fundação da nova aldeia, a 12 km da primeira, os problemas aumentaram pois se tornou virtualmente impossível o atendimento rotineiro dos índios de lá, já que só a população da aldeia principal ocupa todo o tempo disponível da atendente de enfermagem.

De uma certa forma, a precariedade do atendimento tem estimulado e mantido o uso das práticas curativas indígenas tradicionais, das quais a própria atendente conhece e lança mão algumas vezes para suprir a falta de medicamentos. Os índios em primeiro lugar procuram as práticas tradicionais, se elas não resolvem, procuram a atendente. Tem muito uso uma raiz chamada Cainca, contra mordida de cobra, barriga d'água, desejo de urinar, dor ardente nos rins, na uretra, como purgativo. Além disso serve também para curar tosse, rouquidão, asma, bronquite, laringite, angina, prisão de ventre, dores reumáticas e sífilis. Conhecem e utilizam ervas variadas, inclusive como abortivos:

Porém, contra doenças de branco, pneumonia, tuberculose, câncer, pênfigo e outras, muitas vezes elas não tem sucesso. Assim, a medicina tradicional é encarada como um suporte e uma ajuda para a medicina oficial.

Soubemos da contratação de uma enfermeira para o P.I. Bakairi, logo após nossa partida da reserva. Com certeza essa contratação permitirá um melhor atendimento mas, por si só ainda é insuficiente.

Em primeiro lugar seria necessário garantir um fornecimento de água tratada para as casas das aldeias, através da construção de algumas caixas d'água nas aldeias e de, pelo menos, uma torneira para cada duas casas. Só nessas condições é que se poderia garantir o tratamento da água de forma a permitir uma diminuição da incidência de verminose, diarreia e mesmo cáries dentárias.

Em segundo lugar, com a contratação da enfermeira diplomada, seria recomendável a compra de leitos para o hospital, fornecimento mais completo e regular de medicamentos e material de enfermagem, criando condições para tratamento regular na própria aldeia.

Em terceiro lugar, seria necessário aumentar o número de visitas e o tempo de permanência na aldeia da equipe da EVS, para permitir um controle de tuberculose ainda mais eficiente, garantir o atendimento médico e odontológico efetivamente para toda a população, em cada visita. Atualmente, apesar do esforço e dedicação da equipe, isso não é conseguido, principalmente no tratamento dentário.

A aldeia nova, por ser recente, tende ainda a receber uma parte da população da aldeia velha. Seria necessário a contratação de mais uma enfermeira e construção de enfermagem nesse novo local, junto com as mesmas providências com relação ao fornecimento da água.

V. ATIVIDADES PRODUTIVAS

As atividades produtivas superpõem dois modelos de organização do trabalho e de circulação da produção.

O modelo tradicional tem como unidade de produção e consumo a família extensa, matrilocal, com o trabalho masculino baseado na cooperação entre genros e sogro. Cada família tem uma roça, fora da aldeia, especialmente separadas umas das outras, onde produzem para a subsistência.

Dada a má qualidade das terras, em geral possuem duas roças, a "velha" e a "nova". Cada dois anos de plantio seguido obriga a abertura de nova roça, através da derrubada de outra parte das matas ou da reutilização das capoeiras, locais de antigas roças. São roças de "tôco" onde plantam arroz, milho, feijão, abóbora, batata doce, cará, cana de açúcar, araruta e frutas: banana, melancia e às vezes abacaxi.

No segundo ano de plantio as fileiras de arroz são intercaladas com mandioca, brava ou mansa, base de sua subsistência. A alimentação é complementada pela coleta de frutos silvestres: piqui, mangaba, mangaba, bocaiúva, cajú e mangas. Dedicam-se também à caça do veado, tatú, paca, cotia, anta, porco do mato, bugio, ema e papagaio. Pescam no rio Paranatinga principalmente o matrinxã, na época da seca, e o jaú e o paraíba na época das chuvas. Criam também, em retiros fora da aldeia, porcos, galinhas e patos. Além disso, vez ou outra, especialmente em casamentos ou festas da comunidade, abatem uma ou duas reses.

Na verdade, a caça já não é mais abundante e se torna rara dentro da reserva. O peixe, principal fonte de proteínas também começa a escassear em virtude da pesca com rede, proibida mas bastante utilizada pela população regional.

Por outro lado, dependentes há longo tempo de instrumentos da sociedade nacional para ativar a produção (enxadas, machados, facões, espingardas e munição, etc) e de outras mercadorias para suplementar sua alimentação (sal, açúcar, óleo

vegetal, querosene, etc.) além de roupas, sabão, anzóis, li
nha de pesca, etc., obtêm renda monetária trabalhando esporádi
camente em geral de empreitada, em fazendas da região, onde
são mal pagos e, via de regra, demoram a receber o combinado ,
esperando às vezes até seis meses para que isso ocorra.

Superposto a este modelo existem os projetos coleti
vos de produção, antes impostos pelo SPI e agora pela FUNAI. Seg
undo a FUNAI, o que se pretende com esses projetos é impedir
a evasão da mão-de-obra indígena para as fazendas e, ao mesmo
tempo, garantir a autonomia e a auto-suficiência econômico-so
cial da comunidade, com a conseqüente elevação do nível de vi
da.

Um desses projetos, a criação coletiva do gado, sob o
controle do chefe do posto, data do tempo do SPI, quando a rese
rva chegou a ter um rebanho de aproximadamente 5.000 cabe
ças, conforme assinalamos anteriormente. Mesmo com o declínio
do sistema imposto pelo SPI e o deslocamento da maior parte
do rebanho bovino para outras reservas por volta do final dos
anos 50, o pouco gado que restou continuou sob o contrôle do
chefe de posto até junho de 1980, quando então foi oficialmente
passado para o contrôle da comunidade, mas ainda de forma
coletiva. Segundo informações da FUNAI, começou aí um abate
indiscriminado do gado beneficiando mais a chefia indígena e
elementos ligados a ela.

Ainda segundo a FUNAI, com a formação da nova aldeia
se colocou o problema da divisão do gado que, segundo suges
tão do chefe do posto, aceita pela comunidade, foi dividido
pelas famílias, ficando cada uma com 3 cabeças. Havia 281 ca
beças para ser divididas por 77 famílias, restando um saldo
de 27 novilhas e três touros que ficaram sob a responsabilida
de do chefe do posto.

Outro projeto, ativado pela FUNAI desde 1979, se re
fere às roças coletivas, de arroz, com plantio mecanizado e
colheita manual. Tecnicamente esse projeto tem se revelado um
fracasso, pois o arroz produzido tem saído a um custo três

vezes maior que o preço de venda no mercado. Em função disso, a FUNAI ativa novos projetos agrícolas baseados no plantio de culturas perenes como frutas cítricas (laranja, abacaxi, jabu ticaba, cajú e figo). Tem 300 mudas de café plantadas experimentalmente com mão-de-obra das crianças, pretendem aumentar o bananal, o plantio de mandioca, formar pastagem, aumentar o gado, e já iniciaram a construção de uma casa de farinha.

Mas, segundo o projeto agrícola da FUNAI para os anos de 1982/1983, estava previsto o plantio de 20 ha. de banana dos quais, até o mês de setembro de 1983, só 5 ha. haviam sido plantados. O mesmo ocorre com a mandioca: previa-se o plantio de 20 ha. e até setembro só havia 7 ha. plantados.

O não alcance das metas previstas no projeto é explicado pela FUNAI pela morosidade na liberação das verbas do POLONOROESTE. Este ano separavam 4 milhões para a parea Bakairi, só liberado em setembro, o que teria atrasado a realização do projeto.

Em 1979, havia 500 cabeças de gado na reserva, e, tendo em vista a implantação do plantio coletivo de arroz, parte do gado foi vendida para a aquisição de um caminhão Ford F 4000, diesel, para o transporte da produção. O arroz se destinaria basicamente à comercialização fornecendo a renda monetária necessária à aquisição de bens da sociedade nacional através da reposição das mercadorias da cantina reembolsável, além de garantir provisão para a próxima safra e ainda serviria para a subsistência.

Na verdade, uma série de falhas na elaboração e execução do projeto não permitiu mais do que um resultado sofrível.

O fracasso do projeto agrícola parece ter se dado em função da falta de profissionais responsáveis diretamente com o setor. Sem a presença, estímulo e instrução do técnico agrícola, a área escolhida para o plantio não foi das mais férteis, o fertilizante utilizado não foi o adequado, tendo sido escolhido por ser o mais barato, e não em função de uma análise do solo que determinasse a mistura mais correta para se garantir a fertilidade.

Além disso, a colheita foi feita manualmente, perdendo-se com isso de 40 a 50% da produção.

Na medida em que esse tipo de projeto se baseia no uso intensivo da mão-de-obra indígena, acabou provocando um abandono relativo das roças familiares, em detrimento da produção para subsistência, criando maior necessidade de aquisição de alimentos produzidos na sociedade nacional. Ao mesmo tempo, na medida em que a comercialização não deu nem mesmo para pagar os custos das próximas safras, aumentou a necessidade de trabalho fora da reserva, para garantir uma renda monetária.

A cantina reembolsável está totalmente sem estoque e a comercialização de bens produzidos fora da reserva tem sido feita por um índio Bakairi, funcionário da FUNAI, como um negócio privado.

Dessa forma, esses projetos agrícolas acabam se superpondo e inviabilizando o modelo tradicional da comunidade. O uso intensivo da mão-de-obra indígena sob o planejamento e controle do chefe de posto, se bem sucedido em termos de produção, significaria apenas a substituição do fazendeiro pela FUNAI pois, organizado dessa forma, com o controle de projeto exterior à organização da vida tribal, só acentua a dependência da comunidade em relação a agentes externos a ela, como é o caso da FUNAI.

Se fracassado, como é o caso, seus efeitos são mais desastrosos: acentua-se a dependência dos fazendeiros, da FUNAI e ocorre uma queda na qualidade de vida na medida em que escasseiam os bens de subsistência. Além disso, ocorre um desgaste e descrédito da comunidade em relação às suas próprias lideranças, aprofundando tensões internas entre os grupos de parentes, através dos quais se estrutura e se expressa a organização da vida tribal.

É sintomático que a criação da nova aldeia, isto é, o "racha" entre facções que compõem a tribo, tenha ocorrido justamente no bôjo das tensões criadas pelo fracasso do segundo ano de plantio coletivo de arroz.

Arriscando uma interpretação talvez um pouco apressada, tendo em vista a brevidade da pesquisa empreendida, o que parece ter ocorrido foi o seguinte:

Desde a criação do Posto no início do século e, até no processo anterior de atração dos Bakairi do Xingú para essa área, o órgão governamental de tutela dos índios interferiu de forma decisiva no padrão de chefia. Tornou-se prática comum a nomeação ou pelo menos o referendo do órgão tutelador às cheias indígenas. Intermediando o contato tribal com a sociedade nacional e detendo de certa forma o poder de decisão sobre as condições de viabilização da vida tribal, o chefe de posto acaba estabelecendo estreitos limites à autonomia política da comunidade, forçando a chefia tribal a um papel de intermediário entre a comunidade e o órgão tutelador. Nesse papel de intermediário a chefia tribal acaba tendo um contato privilegiado e quase exclusivo com o chefe de posto, ficando numa situação de subordinação a este e transformando-se no seu porta voz frente à comunidade. Isto é, prevalece mais nessa dupla representação (a da comunidade frente ao chefe de posto e a do chefe de posto frente à comunidade), o papel de passar para a comunidade as ordens do chefe de Posto, do que levar ao chefe de posto as reivindicações da comunidade.

Sempre foi uma queixa dos Bakairi o fato de possuírem gado e não poderem usufruir dessa posse, já que o controle era do chefe do posto. No contexto de mobilização e conscientização crescentes por que passam os grupos indígenas do Mato Grosso (vide atuação nos últimos anos dos Xavante, Bororo, Pareci e outros) conforme se aperta os cêrcos da sociedade nacional, os Bakairi também estavam (e estão) num processo de fortalecimento da identidade tribal. Conseguiram em função disso primeiro que uma parte de seu rebanho fosse vendido para que a comunidade (e não a FUNAI) tivesse um caminhão. Em seguida, que o rebanho fosse, de fato, de sua propriedade, fortalecendo mais o processo de fortalecimento de sua identidade.

É nesse contexto que se deve examinar o significado do projeto agrícola, da divisão da tribo e da divisão do gado entre as famílias.

Dado o fracasso da produção do arroz, a tensão advinda da situação enfraqueceu a autoridade do cacique, que foi destituído da chefia. Nas eleições que se seguiram havia tantos candidatos e os votos ficaram tão divididos, que o vencedor foi eleito com menos de 1/4 dos votos da comunidade, frágil base de apoio, conseguindo ficar no cargo apenas um ano.

Foi nesse contexto que o antigo chefe com seus parentes e aliados iniciou a construção da nova aldeia, não aceitando mais a chefia estabelecida na comunidade e, nem mesmo a autoridade do chefe de posto, o qual, até a data em que lá estivemos nunca tinha visitado a aldeia nova, existente há mais de um ano.

Aí é que se coloca também a questão da divisão do gado. Na verdade, o abate e a venda indiscriminada parece ter começado depois e não antes da divisão como nos informou a FUNAI. Quando o gado era de posse coletiva, as pessoas mais "afinadas" com o trato do gado cuidavam do mesmo, estabelecendo-se uma certa divisão de trabalho na tribo. Quando foi dividido, no clima de tensão entre as facções, os que estavam mais afastados do trato do gado acabaram por vender suas cabeças a outros índios ou, pior ainda, a aceitar ofertas irrisórias de fazendeiros da região, diminuindo bastante o rebanho da tribo.

Os indivíduos que tratavam do gado parecem ter se concentrado, na sua maior parte, na aldeia nova, onde, apesar de dividido pelas famílias o gado é criado em conjunto.

A situação da produção no ano de 1983 acabou se agravando pois, além da divisão da tribo, o escasso combustível sofreu um corte drástico na cota mensal, praticamente impossibilitando o uso do trator. Além disso, o caminhão encontra-se há mais de um ano parado, necessitando de reforma, que ainda não foi feita em função da falta de verba específica que poderia contrabalançar o fracasso do projeto de arroz.

Na verdade, o que se constata é que esse tipo de projeto, da forma como é realizado, tem contribuído para a desarticulação das formas histórico-tradicionais de organização da vida tribal, reduzindo crescentemente a esfera de autonomia tribal, provocando ou agravando rivalidades entre facções, sem ao mesmo tempo, oferecer nenhuma perspectiva de superação dessa situação.

Apesar disso, a comunidade consegue ainda manter o movimento de fortalecimento da identidade tribal: por exemplo, em 1982 se negaram a aceitar a construção de uma balsa que, colocada no rio Paranatinga permitiria a ligação, através da reserva, do município de Paranatinga com o de Brasilândia. Ao invés disso, pediram o remanejamento dessa verba (na época de Cr\$ 371.000,00) para reformas na escola e enfermaria. Nos documentos constantes no arquivo do Posto, encontramos circular da FUNAI reprogramando Cr\$ 80.000 dessa verba para a cantina reembolsável, uma outra circular, de 2/2/83 informando que não haverá mais reprogramações de verba e nenhuma notícia do restante da verba.

Organizaram também outra eleição e tiraram um candidato quase por consenso, o qual passou a chefiar ajudado por um conselho de 12 membros, juntanto os indivíduos de maior liderança e representatividade da comunidade. Convidaram para este conselho elementos da aldeia nova também, os quais não aceitaram.

Efetivamente, até o momento em que lá estivemos, a posição desse grupo era irreduzível: não participavam e nem aceitavam qualquer associação com a antiga aldeia, quer em termos de representação política, quer em termos de trabalhos conjuntos. Não aceitavam também a autoridade do chefe de posto, na medida em que reconheciam que ele também era "pau mandado" e que a verdadeira esfera de decisões ficava em Cuiabá, na 5a. Delegacia Regional, com-a qual passaram a se comunicar diretamente.

Os Bakairi, tanto os de uma aldeia como os da outra reivindicam as mesmas coisas em termos de projetos agrícolas.

Fundamentalmente, querem um projeto que garanta a renda monetária que necessitam, desligando-se definitivamente dos fazendeiros.

A reformulação do projeto parece não ter agradado a maioria dos homens da comunidade, denotando mais uma vez, sua falta de participação nas decisões que se tomam sobre eles. Argumentam que com uma roça grande de arroz (de pelo menos uns 80 ha), formada em terra antes analisada e com adubação correta, o projeto daria certo.

Para isso, seria necessária a construção de um galpão para estocagem do produto ao lado da plantação. A falta de local adequado para estocagem é uma das causas de perda da produção. Seria necessário também a reforma ou a compra de outro caminhão para o transporte da produção e dos que trabalham na roça, além de um aumento na cota de combustível - (atualmente é de 100 litros por mês, para os gastos do caminhão (no momento parado), do trator e do Jeep Toyota do Chefe do Posto). Reivindicam também a compra de uma colhedeira mecânica para um melhor aproveitamento da produção e para a liberação da mão de obra para as roças de subsistência, as quais são quase totalmente abandonadas nessa fase. Precisariam também da presença e acompanhamento de um técnico agrícola, pelo menos até o aprendizado mais completo do plantio de arroz nessa escala.

A par desse projeto agrícola, querem também reativar e ampliar a criação de gado. Necessitam para isso da compra de bons reprodutores, de plantio de capim e da instalação de cercas, substituindo e ampliando as atuais, já bastante enferrujadas.

O pessoal da nova aldeia pede a mesma coisa em separado, efetivamente como parece que vai ocorrer, se esta separação se solidificar, seria necessário pelo menos a compra de um trator e um caminhão para uso exclusivo deles.



Na ocasião de nossa estadia na reserva o chefe de posto encontrava-se de férias, há dois meses, não sendo possível um contato e dificultando o acesso a informações mais pormenorizadas.

VI. EDUCAÇÃO

A escola funciona num edifício de alvenaria, construído em 1942, atualmente em péssimo estado. É urgente a necessidade de uma reforma do telhado que apresenta inúmeras telhas quebradas provocando goteiras, que, na época das chuvas acabam por impedir seu funcionamento normal.

Funciona em dois períodos, pela manhã das 7 às 11 horas, com 34 alunos matriculados, 17 meninas e 17 meninos com idades que variam de 11 a 18 anos, compondo as turmas de 1a. e 2a. séries que funcionam juntas na mesma sala. À tarde funciona só a 1a. série, com 35 alunos matriculados, 17 meninas e 18 meninos, com idades entre 6 a 13 anos.

A escola esteve parada, por falta de professora, do mês de agosto de 1979 até outubro de 1982 quando então voltou a funcionar. Nessa ocasião foi contratada uma professora e um monitor bilingue, ambos da própria comunidade. Posteriormente, em fevereiro de 1983 contratou-se mais uma professora "civilizada", transferida do P.I. Santana para lá.

As professoras trabalham um período cada uma e o monitor bilingue acompanha as turmas dos dois períodos, secundando o trabalho das professoras. Além disso, é ele que organiza o preparo da merenda oferecida pela FUNAI, distribuindo esta tarefa entre as mães dos alunos em forma de rodízio. Se encarrega também das aulas de educação física, baseadas fundamentalmente na prática de esportes: futebol, vôlei, etc. no campinho em frente ao edifício da escola. Com o apoio do chefe de posto iniciou este ano o cultivo de uma horta junto com as crianças da escola.

Apesar de trabalhar período integral o monitor bilingue recebe o mesmo salário das professoras, por volta de Cr\$.. Cr\$ 85.000,00 em setembro de 1983.

PRINCIPAIS PROBLEMAS E RECOMENDAÇÕES

As carteiras das classes estão em péssimo estado, a maioria quebradas e em número insuficiente. Todas elas necessitam ser substituídas e seu número aumentado. O quadro negro está inutilizável, necessitando no mínimo ser pintado.

O funcionamento da 1a. e 2a. séries juntas no mesmo horário tem representado dificuldades de concentração para os alunos e baixo rendimento pedagógico. O ideal seria juntar todos os alunos da 1a. série no período da tarde, mas isso se torna impossível por falta de carteiras.

A professora da manhã sugeriu, como paliativo, que cada turma tivesse só duas horas de aula, separadamente, pela manhã, pois mesmo diminuindo a carga de aula o rendimento seria sem dúvida superior ao atual. Porém, a idéia foi vetada pelo chefe de posto que, ao mesmo tempo, não apresentou outra solução, configurando a nosso ver pouca compreensão do processo pedagógico e muito mais uma preocupação em manter a hierarquia funcional do Posto Indígena.

Apesar da especificidade da escola e dos alunos, seu programa, currículo e material didático é o mesmo das escolas estaduais. Além disso, o fornecimento do material (feito pela FUNAI) não preenche as necessidades da escola: cadernos, lápis e borracha são em quantidade insuficiente para o ano letivo e quando acabam ficam sem reposição. Os livros de português e matemática vem com atraso e são pouquíssimos. Na ocasião havia apenas 5 livros para o uso de 70 alunos. O material de Ciências e Estudos Sociais é inexistente. Além disso faltam mapas, globo, papel crepon, cartolina, livros de leitura e de atividades e material esportivo.

Os mais velhos também querem estudar mas faltam condições materiais para isso: ou instalação de luz elétrica para que a escola funcionasse à noite ou a contratação de mais um professor e ampliação da escola.

É um problema recorrente para as escolas indígenas a contratação de professoras. Em geral elas ficam pouco tempo, em média um ou dois anos no máximo. Para existir continuidade de trabalho seria preciso oferecer melhores condições para os professores.

A FUNAI se propõe a fornecer alojamento, fogão, lampião à gás, cama e móveis para as professoras contratadas. No caso do P.I. Bakairi, a professora "civilizada" está precariamente alojada no prédio da escola, convivendo com as goteiras, janelas e portas em mau estado, sem móveis além da cama e teve que comprar um fogão com o próprio salário. Para a professora e o monitor índios, pelo fato mesmo de pertencerem à aldeia, nem esse suporte foi fornecido, o que configura para os índios uma situação de discriminação.

No caso da escola, além das carências já descritas, deve-se assinalar que os banheiros não funcionam e falta um armário para guardar a merenda que, por falta de móveis acaba ficando no chão.

O fato de uma das professoras e o monitor bilingue serem índios minimiza um pouco a falta de adequação do currículo e do material. Mas seria imprescindível para um melhor desempenho pedagógico um projeto educacional que levasse em conta a especificidade cultural dos alunos, direcionando-se no sentido de fornecer conhecimentos mais ligados a suas necessidades de sobrevivência comunitária, respeitando ao mesmo tempo sua identidade cultural. O projeto, além disso, deveria fornecer material adequado, na quantidade necessária e acompanhamento pedagógico regular para os professores.

O trabalho do monitor bilingue, apesar de útil e abnegado, precisa ser redirecionado. Atualmente ele funciona basicamente para facilitar o aprendizado de português, quando deveria ser dirigido também para a alfabetização na língua Bakairi. As professoras, isoladas e sem contato com uma reciclagem pedagógica adequada, com falta de material, só conseguem reproduzir, e mal, a escola urbana tradicional: ensinam a ler e escrever português, fazer contas e cantar o Hino Nacional.

Apesar deste quadro, a escola vem funcionando regularmente e a frequência dos alunos é boa, não apresentando problemas de evasão escolar. No entanto, como vimos, os bons resultados se devem muito mais ao reconhecimento da necessidade do estudo por parte da comunidade e à abnegação dos professores, do que às condições de funcionamento da escola.

Com a formação da nova aldeia, Aturua, se coloca a necessidade de construção de nova escola e contratação de uma professora para as crianças de lá que, em função da distância da aldeia velha, acabam por não frequentar a escola.

VII. P.I. SANTANA - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA: TERRA

A área atual onde se localiza o P.I. Santana foi reservada, a título de usufruto aos Índios Bakairis, pelo Governador do Estado de Mato Grosso, Antonio Paes de Barros, através do Ato nº 362 de 24 de abril de 1905. O título de usufruto foi expedido em 15/5/1905 e o Registro no Cartório do Primeiro Ofício do Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Rosário Oeste, do Estado de Mato Grosso, data de 27/7/1965.

Essa área localiza-se no Município de Nobres, MT, a aproximadamente 300 km de Cuiabá.

Aproximadamente 70% das terras são formadas por cerrados, com solo de baixa a média fertilidade e 30% se compõem de matas ciliares ao longo dos rios e córregos que margeiam e atravessam a reserva.

A única demarcação da área foi feita em 1905, com marcos de madeira, hoje inexistentes ou deslocados do local original, sendo grande a confusão sobre os limites e a própria extensão da reserva.

A primeira contradição já data de 1905. Segundo o Ato que reserva a terra aos Bakairis, a área teria "9.000 ha. mais ou menos". Segundo o Título de Usufruto registrado no Cartório, a área tem 6.323 hectares. Além disso, nos mapas existentes na FUNAI, aos quais tivemos acesso, a área está plotada incorretamente, conforme se percebe ao confrontar com a plotação aproximativa no mapa em anexo.

Apesar da inexistência e/ou deslocamento dos antigos marcos, os limites da reserva são definidos em sua maior parte pelo Rio Novo e por uma linha seca que liga a cabeceira do Córrego Águas Claras à cabeceira do Córrego Pilões e daí à cabeceira do Rio Novo.

Essa linha seca parece estar sendo invadida em três pontos:

1) entre as cabeceiras do Córrego Pilão e do Rio Novo, onde a Fazenda Sta. Clara instalou um retiro;

2) as terras limitadas pelo rio Águas Claras e a linha seca, pela Fazenda Morada de Deus;

3) o projeto Pacoval, da firma Barrafértil Colonizadora e Imobiliária Ltda., invade a linha seca, num ponto entre a cabeceira do Rio Águas Claras e o Córrego do Pilão, em aproximadamente 500 hectares.

Com relação à área invadida pela Fazenda Santa Clara, do ponto de vista da FUNAI, e de uma parte da comunidade, o problema parece estar resolvido. No início de 1982, conforme fui informado pelo chefe de posto e consta em relatório deste à 5a. D.R. em Cuiabá, datado de 30/03/1982, foi feito um levantamento topográfico custeado pela Fazenda Santa Clara, na presença e seguindo orientação de membros da comunidade indígena e da chefia do posto. Definidos desta forma os limites, a Fazenda levantou uma cerca sacramentando o acordo.

No entanto, a história é um pouco mais complexa. Segundo os índios, houve modificação dos limites originais: onde no mapa oficial da área está assinalado o marco 5, não existia nenhum marco. O marco nº 6 estava anteriormente situado bem na cabeceira do Rio Novo e não no lugar em que se encontra hoje, mais ou menos a um km abaixo. A linha original seria quase uma continuação da linha que começa na cabeceira do rio Águas Claras, indo praticamente sem ângulos até a cabeceira do Rio Novo. O marco nº 5 (do mapa oficial) que assinala uma das pontas do triângulo que a cerca da Faz. Santa Clara forma com a linha seca original, teria sido colocado mais ou menos em 1963 ou 1964, na época em que essas terras pertenciam a Landolfo Spinelli. Naquela ocasião Spinelli propôs aos índios dar-lhes um caminhão, em troca da permissão para usar aquela área. O acordo foi feito mas o caminhão nunca foi entregue.

Em função disso, os Bakairi nunca haviam abandonado completamente a área, que se tornou litigiosa deste então. Essa situação é atestada por relatórios de sucessivos chefes de posto. O último deles (que denuncia essa invasão) data de 20/05/1980 e é dirigido pelo chefe de posto à 5a. D.R. em Cuiabá

bã. Neste relatório somos informados de invasão da Fazenda Morada de Deus e da invasão da Fazenda Sta. Clara. Textualmente: "Com relação à invasão da reserva pela Faz. Sta. Clara podemos afirmar que parte de sua terra pertence à comunidade indígena Santana, tendo o índio todo direito de reivindicar a área, uma vez que a cerca de limite acha-se localizada aproximadamente a um km e meio abaixo da cabeceira do Rio Novo e na cabeceira do córrego Pilão encontrando-se várias picadas com a cerca. Entretanto, conforme entendimento como Sr. Pedro Cereser, proprietário da referida fazenda, a área situada dentro da reserva continuará interdita até que a FUNAI solucione a questão".

Em relatório de novembro de 1981, o chefe de posto novamente chama a atenção da 5a. D.R. para o problema do estabelecimento desses limites, sem mencionar a fazenda mas referindo-se genericamente a linha seca invadida, sugerindo uma urgente demarcação da área, como medida necessária para sanar possíveis conflitos.

Paralelamente, em 1980 e 1981 o posto passou a desenvolver na área o plantio de 20 hectares de arroz, como parte fundamental do projeto agrícola da FUNAI para a reserva. O plantio foi mecanizado mas não havia colhedeira, necessária para um bom aproveitamento da produção. Solucionando esse problema, a Fazenda Santa Clara passou a emprestar sem nada cobrar, uma máquina colhedeira aos índios, que só custearam o combustível.

Segundo os índios isso significou uma renovação do acordo feito com o antigo proprietário e sua manutenção é uma questão de honrar a palavra dada. Ao mesmo tempo argumentam que a terra cedida é de má qualidade, não importando em perda significativa e que, além do mais, como é que poderiam ter colhido o arroz, sem a ajuda que a fazenda lhes presta?

Dizem que a terra já era ruim e ainda ficou pior de pois que o fazendeiro derrubou tudo para fazer pasto, que a terra já está cercada e que sem dúvida perderiam a briga com o fazendeiro.

Reivindicam, ao mesmo tempo, uma outra área, oficialmente fora da reserva, em troca dessa área cedida (essa reivindicação será exposta mais adiante). Raciocinam como se as duas fossem do mesmo fazendeiro e pudessem ser barganhadas entre si, quando na realidade são dois problemas diferentes.

O chefe de posto, por outro lado, não usa os mesmos argumentos mas parece não contestar os dos índios. Por ele, que pelo menos durante dois anos esteve convencido do contrário, os limites são esses mesmos e a situação foi resolvida a contento para ambos os lados.

No entanto, se para os índios da aldeia principal (todos aparentados de perto e liderados pelo chefe atual) os limites estão errados mas um acordo foi feito, para o resto da comunidade os limites estão errados e eles não participaram e nem concordam com esse acordo, como chegaram a expressar na reunião que fizemos com todos os homens da tribo juntamente com o chefe de posto.

Examinando os mapas e a descrição da área no Título de Usufruto, percorrendo os limites da área nos pontos em que isso era possível, (*) lendo os relatórios constantes no arquivo do posto, conversando com os índios, nos parece que realmente a cerca da Fazenda invade a reserva.

Se o caso é esse e um acordo foi feito para resolver definitivamente o problema, isso ocorreu à revelia de uma parte significativa da comunidade e em prejuízo de toda a tribo. Numa situação tão antiga e confusa como esta não se compreende a omissão da FUNAI, deixando de fazer um levantamento topográfico oficial, não apenas dessa parte invadida, mas dos limites de toda a reserva. Só assim se poderia determinar com certeza os limites corretos e garantir à comunidade pelo me-

(*) O grupo com o qual percorremos os limites da área e constatamos as invasões foi formado pelas seguintes pessoas: Ocedino Cardoso, Paulino de Oliveira, Alinor Silva, Antonio Silva, Quirino Rodrigues, Joaquim Rodrigues, Anísio dos Santos, Severino Faustino, todos Bakairi do P.I. Santana e mais José Augusto Pairague (Bakairi do P.I. Bakairi) e a antropóloga Edir Pina de Barros. Na ocasião, alertados pelos nossos movimentos, o administrador da Faz. Sta. Clara nos enviou um mapa da Fazenda, fruto do levantamento topográfico que fizeram. Segue em anexo para confrontação com os limites da reserva.

nos o pouco espaço que lhe restou. Uma solução parcial como essa, num contexto em que a comunidade é tremendamente pressionada pela expansão da sociedade nacional, com vários pontos da reserva invadidos e arriscada a ver diminuída sua área, só pode ser lesiva aos interesses dos índios, resolvendo apenas os problemas da administração do posto e os da fazenda em questão.

Outra invasão, a do Projeto Pacoval da Firma Barrafértil Colonizadora e Imobiliária Ltda., ocorreu em 1978 e se mantém até hoje, no local assinalado no mapa em anexo. Quando a cerca do Projeto Pacoval foi levantada em 1978, o capitão dos Bakairi imediatamente foi até a 5a. D.R. solicitar providências e informar que iriam destruir a cerca. Foram convencidos a não destruir a cerca, pois providências iriam ser tomadas. Ao mesmo tempo, em 1979, a firma em questão abriu um processo solicitando a certidão negativa de aldeamentos indígenas e de área de perambulação indígena para a Gleba Pacoval. Os sócios da firma são Wilmar Peres de Faria, na época prefeito de Barra do Garças e hoje Vice-Governador do Estado de Mato Grosso e Evaristo Roberto Vieira da Cruz, Deputado Estadual, que desenvolve intensa campanha contra a FUNAI e os índios da região. Percorrendo os limites, pudemos constatar a invasão de pelo menos 500 hectares.

Essas informações já são do conhecimento da FUNAI desde 1980, pelo menos. Constam de forma ainda mais completa e pormenorizada no parecer da antropóloga Edir Pina de Barros sobre o processo em questão (segue em anexo), encomendado pela FUNAI em 1980. Cinco anos depois da invasão, três depois do parecer a situação continua a mesma, exigindo urgente solução.

A Fazenda Morada de Deus, por sua vez, invadiu uma área de onde os Bakairi extraíam a borracha das seringueiras nativas aí existentes, dificultando ainda seu acesso ao Rio Águas Claras, num dos poucos lugares onde a pesca ainda é proveitosa. Construiu sua sede bem em cima da linha seca, apropriando-se de uma área limitada pelo rio Águas Claras, avançando uns dois kms seguindo a linha seca e entrando em perpendicular

na área da reserva por mais ou menos dois kms, formando quase um quadrado. No local é possível se observar a derrubada em preendida pela Fazenda dentro da reserva. Essa situação está também descrita no Parecer em anexo.

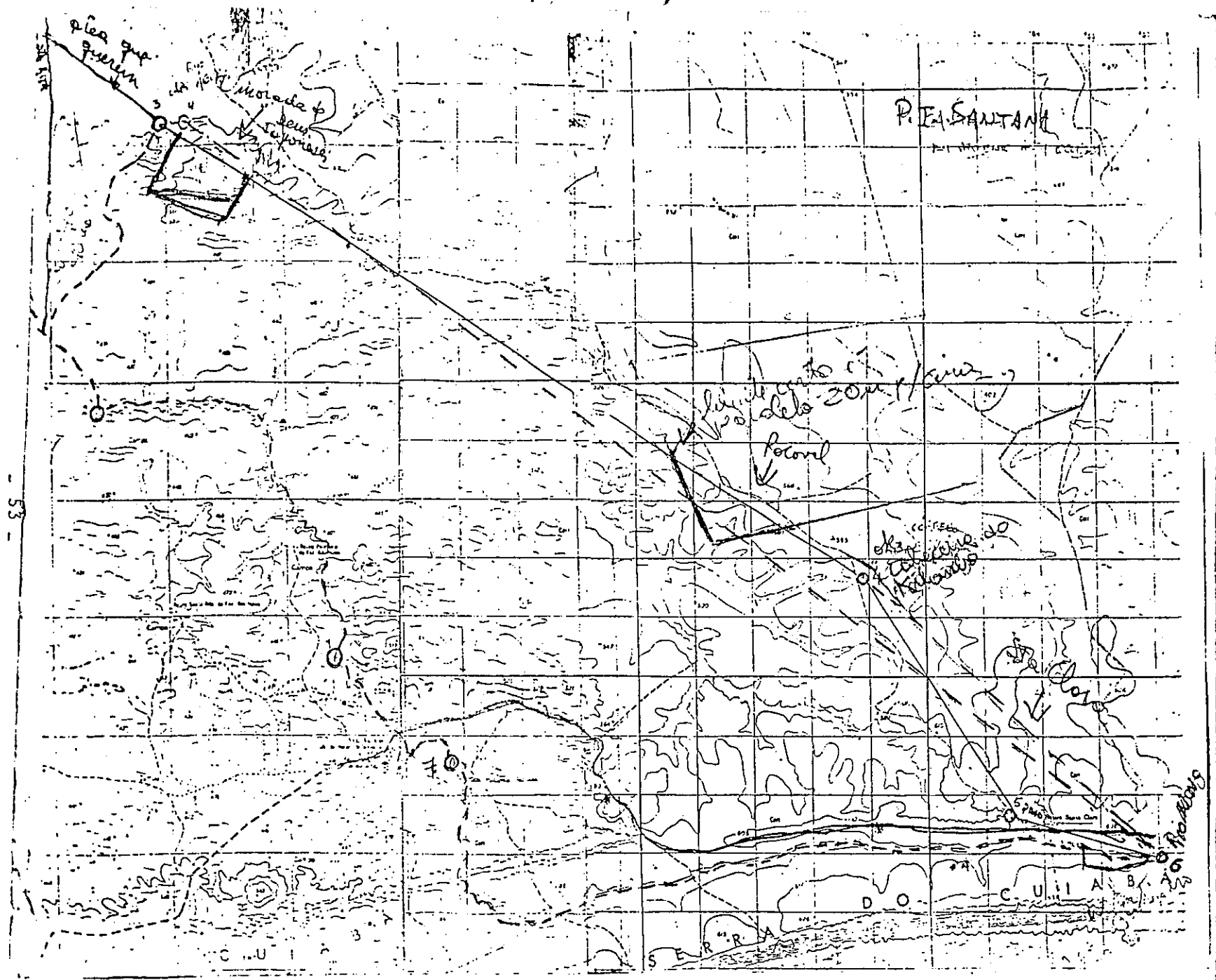
Os índios reivindicam, além da demarcação urgente de seus limites e da expulsão dos invasores, a anexação de uma outra área à reserva. Querem legalizar a ocupação de uma faixa de terra de forma triangular, delimitada de um lado pelo rio Águas Claras, de outro pela cerca da Faz. Santa Rita e de outro por uma linha imaginária que prolongaria a linha se ca na direção NE. Essa área, assinalada no mapa em anexo, é rica em seringueiras nativas e é explorada pelos índios já há bastante tempo, perto de 19 ou 20 anos, como o atestam as in^umeras picadas que a atravessam. Seria interessante examinar as possibilidades de tal anexação, de vez que a área parece ser de fato utilizada para a extração da borracha nativa, um dos pilares da economia desse grupo, possibilitando uma exploração mais intensiva que daria mais condições para elevar o nível de vida e garantir a autonomia da comunidade.

CONCLUSÃO - TERRA

É necessário se proceder imediatamente à aviventação e demarcação dos limites da reserva dada a situação conflituosa e negativa já descrita. As invasões são antigas e conhecidas, sendo de estranhar que até agora nada tenha sido feito para se resolver a questão dos limites. A solução parcial estabelecida com relação à invasão da Fazenda Santa Clara precisa ser revista, levando-se em conta, prioritariamente, os interesses da comunidade.

As estradas que margeiam e até cortam a área são de intenso movimento de caminhões e carros em função dos vários projetos de colonização e fazendas existentes na área tais como o Projeto Pacoval, a Fazenda Rio Novo, Trivelatto, etc. A

pressão da penetração dos projetos de colonização e de outros projetos econômicos na região é grande e se providências imediatas não forem tomadas, corre-se o risco de novas invasões e de possíveis conflitos.

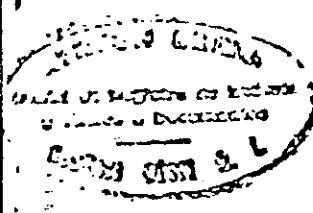




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE ROSÁRIO OESTE - ESTADO DE MATO GROSSO
REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS

Cartório do Primeiro Ofício

Ayrton Serra
Oficial do Registro de Imóveis



CERTIFICO, a pedido verbal de pessoa interessada, que revendo em meu Cartório os livros de registro de Imóveis verificuel que, as
Ns. 8 do livro nº 3-G, sob nº 6.181 de ordem, datado
de 27 / 7 / 65, foi lançado o registro, cujo extrato é do teor seguinte:

Circunscrição: Rosário Oeste. Denominação ou rua e número: Lote Sant'Anna. Característicos e confrontações: Lote com a superfície de 6.323 hectares, tendo sido os respectivos marcos colocados: o 1º a confluência do Córrego Capoeira com o rio Novo, à margem direita deste; o 2º, a barra do Córrego Águas Claras no citado rio Novo; o 3º a 5.717 metros do 2º em diversos rumos à Cabeceira do mencionado Córrego Águas Claras; o 4º a 2.150 metros do 3º, ao rumo de S. 69º E. na Cabeceira dos Pilões; o 5º a 4.167 metros do 4º ao rumo de S. 15º E. em um burizal onde nasce o rio Novo; o 6º na barra do Córrego Sant'Anna com o rio Novo; o 7º a 2.330 metros do 6º em diversos rumos, a barra do Córrego Barreiro; como tudo consta do memorial e planta que ficam arquivadas na Diretoria de Terras. Nome, Domicílio e Profissão do Adquirente: Índios Bacahirys, chefiado pelo Capitão Reginaldo da Silva Nogueira. Nome, Domicílio e Profissão do transmitente: O Estado de Mato Grosso. Título: Doação. Forma do título, data e serventuário: Título de Usu-Fruto, expedido em 15/5/1.905 e assinado pelo Governador Antonio Paes de Barros. Valor do contrato:... Condições do contrato: Não há. Naia mais se continha no referido registro senão o que transcrevi acima a cujo livro em meu poder e cartório me reporto e dou fé. Eu, _____
Maurícia Dias Oficial de Registro de Imóveis, datilografei subscrevi e assino em público e raso.

Rosário Oeste, 24 de novembro de 1.972.

Maurícia Dias
Oficial de Registro de Imóveis.



DE: Edir Pina de Barros (ANTROPÓLOGA)

Para: Delegado da 5ª. DR - FUNAI

Assunto: Parecer sobre o processo FUNAI/ BSE/4093/79.

Sr. Delegado,

A área de Santana foi reservada aos índios Bakairí pelo Governador do Estado de Mato Grosso Antonio Paes de Barros a través do Ato nº. 362 de 24 de abril de 1905. Diz o Ato:

"O Coronel Presidente do Estado resolve nomear o Agrimensor Afonso Rocha para medir e demarcar, no Município de Rosário do Rio Acima, Distrito de Diamantino, uma área de 9000 hectares, pouco mais ou menos, que fica reservada para o aldeamento dos índios Bacairis, da tribo sob o comando do Capitão Reginaldo da Silva Nogueira, limitando-se ao Norte pelo Córrego Águas Claras, a Leste por uma linha ligando a cabeceira ao Córrego Pilão com as do Rio Novo, e por este rio abaixo até a foz do Córrego Santana, ao Sul por este córrego e seu afluente Barreiro, e pelo córrego Capoeira, e a oeste pelo Rio Novo."

O título de Usufruto foi expedido em 15/5/1905 e assinado pelo referido Governador. (ANEXO 01)

Por esse documento podemos observar que existe só uma linha seca, ligando cabeceira à cabeceira, sendo portanto as referências imutáveis. Esta área - que segundo informações obtidas na delegacia regional da FUNAI é de apenas 6323 ha e 4816 m² - localiza-se no Município de Nobres, a aproximadamente 300 km. de Cuiabá. Nela temos um total de 70% de cerrados e 30% de matas ci

Edir Pina de Barros

liares dos rios e córregos. Aí vivem 141 Bakairí, de pequenos roçados que localizam-se às margens do Pilão, da extração da borracha das seringueiras existentes às margens do Córrego Águas Claras e do pescado(escasso). Vendem ainda a sua força-de-trabalho nas a gropecuárias dessa região.

Entretanto essa área reservada aos Bakairí sofreu e vem sofrendo invasões e seus limites encontram-se todos violados.

A primeira invasão, segundo informações dos Bakairí deu-se no primeiro ciclo da exploração da borracha, quando nas terras que margeiam o Rio Novo, dentro da reserva, instalou-se o Sr. Eliseu. Estas foram transferidas, com a sua morte para um sobrinho seu Sr. Hemenegildo Galvão, seringalista que além de explorar as seringueiras das terras Bakairí, utilizou para tanto a mão-de-obra Bakairí. Aí existe a " tapera " do Galvão, como os Bakairí chamam as ruínas do entreposto de seringais, aí construído. Segundo informações dos Bakairí e do Sr. Otacílio, que vive nessa região há mais de trinta anos, o sr. Hemenegildo Galvão teria em suas mãos um título falso, datado também de 1905. Essa " propriedade" passou depois para um dos genros do Sr. Galvão(Dori) que por sua vez a vendeu para o Sr. NELSON BARDI DA FONSECA. Nessas terras atualmente mora uma família Bakairí para garantir os seus direitos.

Outra invasão de que nos informaram os Bakairí deu-se entre as cabeceiras do Pilão e do Rio Novo, onde instalaram um retiro da Fazenda Santa Clara. Os Bakairí entretanto queimaram a casa que aí foi construída, conseguindo assim expulsar o invasor.

Atualmente as terras dessa reserva no rio Águas Claras também está invadida pelo proprietário da MORADA DE DEUS. Nessa área invadida os Bakairí extraem a borracha aí existente nas seringueiras nativas e é nesse rio que é possível a pesca, importante fonte de proteínas. O Capitão Bakairí de Santana esteve ainda

Bakairí

neste mes nesta 5ª. DR para solicitar providências pois o proprietário da MORADA DE DEUS, invasor dessa parcela da reserva está cortando as seringueiras aí existentes e plantando mandioca, cana e capim.

Neste processo a FIRMA BARRAFERTIL COLONIZADORA E IMOBILIÁRIA LTDA. requer a certidão negativa de aldeamentos indígenas e área de perambulação de indígenas para a GLEBA PACOVAL, localizada no município de Nobres. Examinando esse processo observamos que:

- 1) os vendedores dessas terras são NELSON BARDI DA FONSECA (que possui título, segundo os Bakairi, falso das terras junto ao Rio Novo); e outros;
- 2) os compradores, sócios da firma são os senhores WILMAR PERES DE FARIAS (prefeito de Barra do Garças) e EVARISTO ROBERTO VIEIRA DA CRUZ (deputado estadual) que vem desenvolvendo intensa campanha contra a FUNAI e os índios dessa região (Xavante, principalmente);
- 3) analisando os mapas com a ajuda de um técnico nessa área, verificamos que a Planta de Loteamento Rural da página 25 deste processo nos permite afirmar que: (a) a área total dos remanescentes somando 586,234 ha. está errada, pois tem calculadamente 1.100 (hum mil e cem hectares) ha, incluindo a parcela entre os lotes 59, 60 e 61; (b) a terra devoluta contígua ao lote 64 é área indígena (parcela da reserva de Santana); (c) o lote nº. 64 com 400 ha. está inteiramente dentro da reserva indígena, sendo que partes do 61, 62 e 63 também podem estar; (d) a área da planta do loteamento rural ultrapassa 27.000 ha, enquanto que a área que consta na escritura é de 26.850 ha. e 8740 m².
- 4) examinando a página 29 do processo, onde temos o croquis demonstrativo, verificamos que a área do interessado foi colocada como que a 26 km. da reserva indígena de Santana. Houve engano

pois a área plotada como reserva está distante aproximadamente 10 km. a NO do Posto e da aldeia, ficando estes fora da área considerada. Deixá fora também as roças que são feitas em sua maioria às margens do Pilão. A área do interessado não se encontra a 26 km. da reserva indígena. Ao contrário, invade a mesma em cerca de 500 ha. Falta-nos um mapa mais detalhado para um cálculo mais exato.

- 5) Examinando a escritura pública de compra e venda de terras do processo, página 06 verso, verificamos que o preço pago por essa área foi de CR\$ 33.203.000,00 (trinta e tres milhões, duzentos e oitenta e tres mil cruzeiros);
- 6) examinando o contrato social registrado na junta comercial da FIRMA BARRAFERTIL COLONIZADORA E IMOBILIARIA LTDA; verificamos que o capital social é de CR\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros). Estranhamos tal fato, após relacionarmos com o montante pago por essa gleba.

Temos ainda a informar que a parte invadida da reserva foi cercada ainda em 1978, ano em que foi feita a PLANTA DO LOTEAMENTO RURAL (16/12/78) na página 25 deste processo. Segundo informações dos Bakairí, dentre estes do Capitão Ascelino Rodrigues, assim que tomou conhecimento do fato, ainda em 1978, veio à 5ª Delegacia Regional solicitar providências por parte do Delegado Regional e informar que iriam destruir as cercas. Segundo esses informantes foram aí orientados para não destruí-las, pois providências iriam ser tomadas. Até hoje a cerca está lá e os Bakairí clamam por justiça, caso contrário em breve a farão com as próprias mãos.

Sugerimos que: (a) um técnico analise as fotos e os mapas deste processo; (b) que sejam reconferidas também as reservas técnicas do mapa da página 25 deste processo; (c) sejam revisados urgentemente as divisões das terras Bakairí de Santana e que se analise mais profundamente essa situação. É possível verificar no local essas invasões.

Considerando tudo o que aqui foi colocado não podemos concordar com a emissão dessa certidão negativa. A reserva de Santana já é insuficiente para os Bakairí e seus limites estão violados. No arquivo do posto tivemos oportunidade de ler inúmeros documentos registrando as solicitações por parte do Chefe de Posto (Odenir de Oloveira) para que se revisasse os limites e solucionassem os problemas das invasões. Entretanto, isso nunca foi feito.

Enfatizamos mais uma vez a necessidade de revisão dos limites e esperamos que esta certidão negativa não seja emitida, até que técnicos comprometidos com a causa indígena façam um levantamento local da situação.

Atenciosamente,

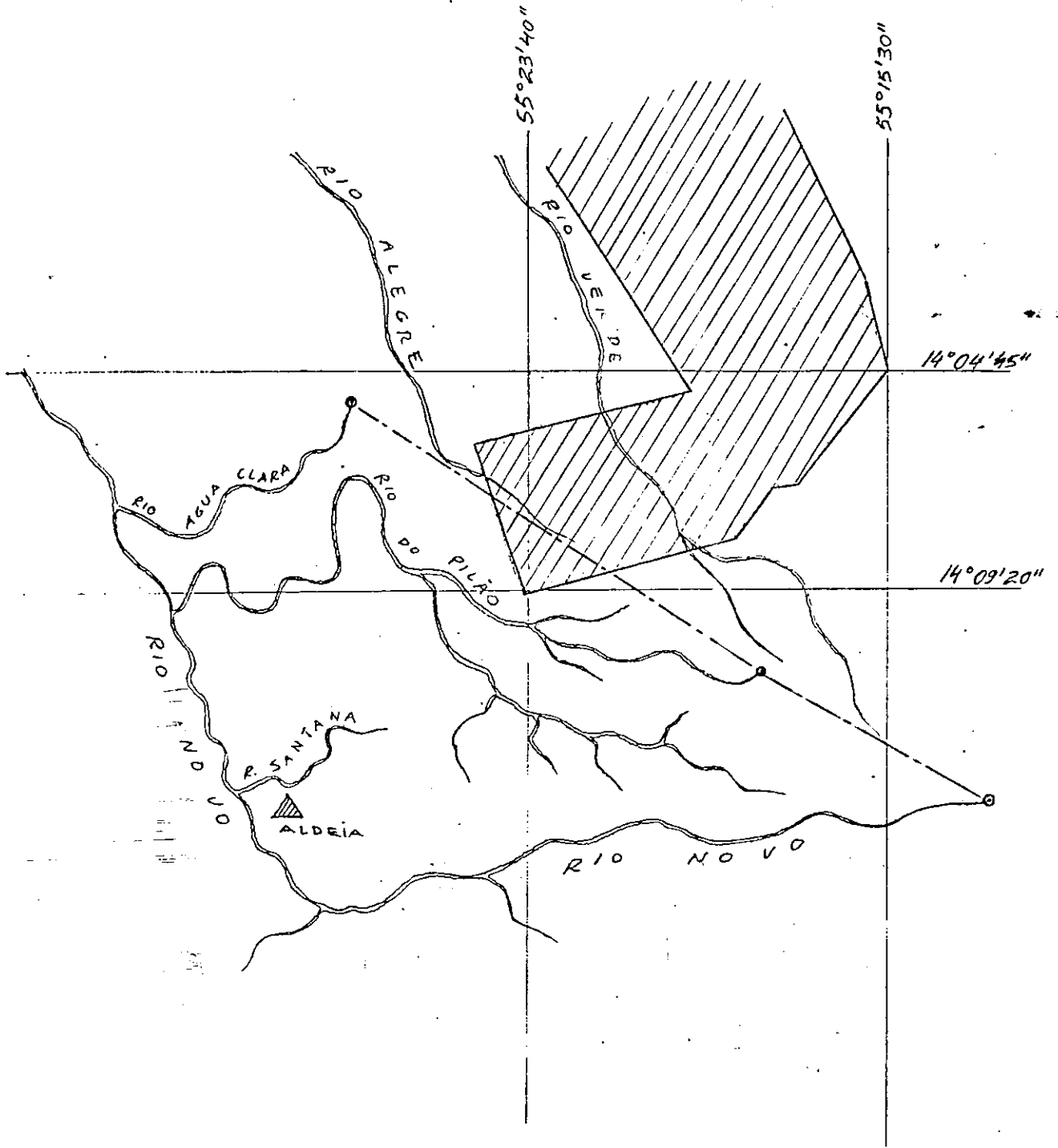
Edir Pina de Barros

Edir Pina de Barros - Antropóloga

Cuiabá, 08 de maio de 1980.

ANEXOS: 01 título de usufruto expedido em 15/5/1905
terra Bakairí
02 mapa da reserva
02 plotação da área indígena no RADAN - BRASIL

Edir

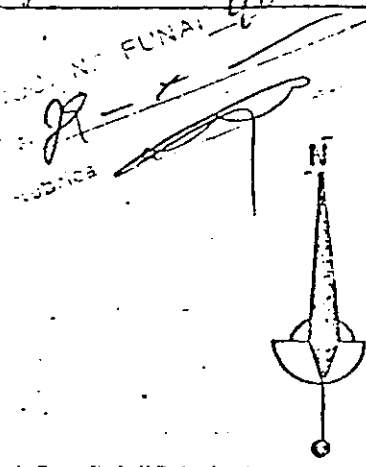


ESC. 1:250,000

RESERVA INDÍGENA BAKAIRI E ÁREA PRETENDIDA
PELO PROJETO PACOVAL DE PROPRIEDADE DA
BARRAFERTIL COLON. E IMOB. LTDA.

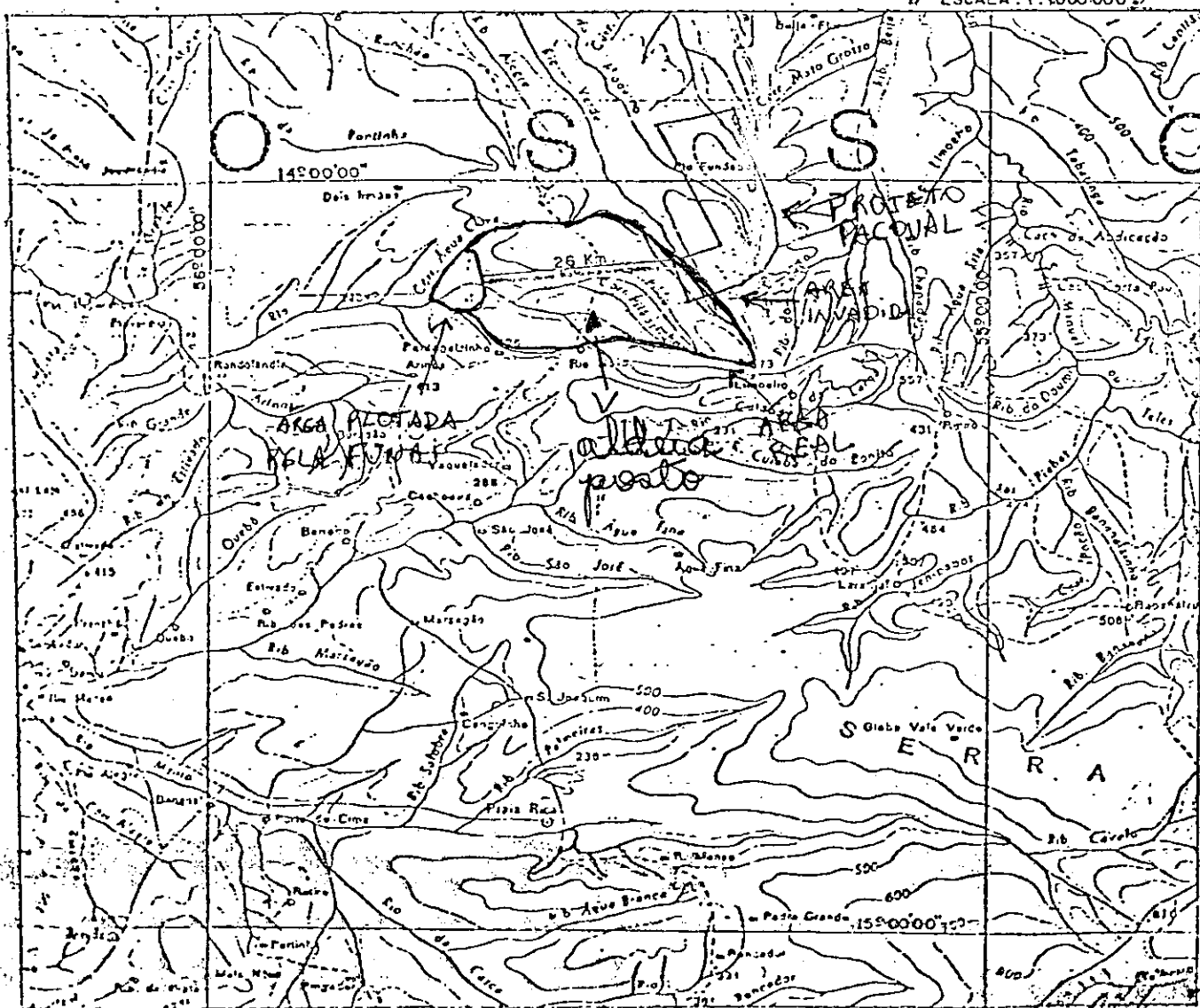
MINISTÉRIO DO INTERIOR
Fundação Nacional do Índio
DGPI / DRP / STRN / SDM

CROQUIS DEMONSTRATIVO
ASSUNTO: CERTIDÃO NEGATIVA
PROCESSO: 4093 / DATA: 21/08/79
INTERESSADO: WILMAR PERES DE FARIAS
LOCALIZAÇÃO: MUNICÍPIO DE NOBRES - MT.
ÁREA: 26.850 Ha.



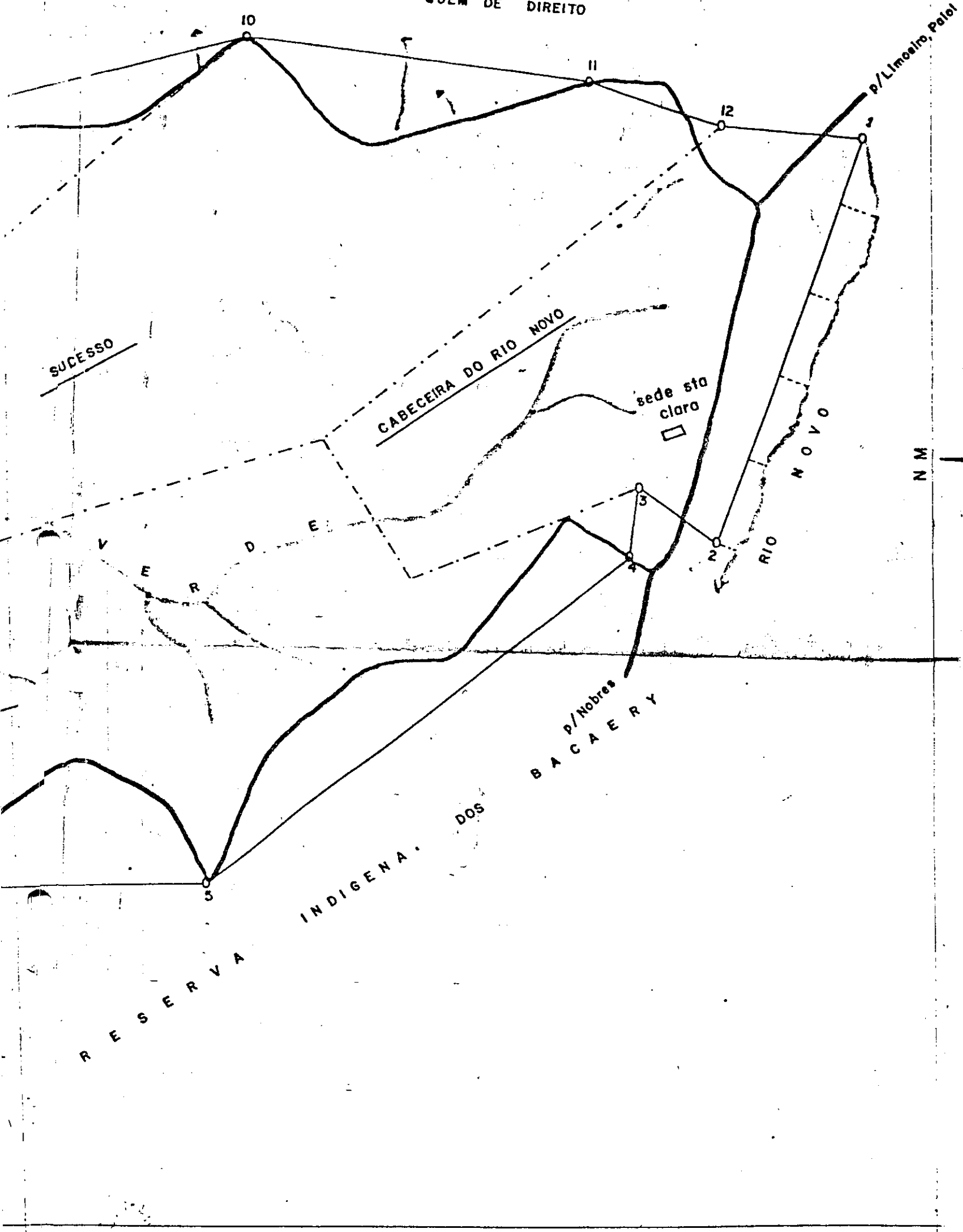
- ÁREA DO REQUERENTE.
- ÁREA INDÍGENA DO P.I. SANTANA JÁ DEMARCADA.
- DIST. APROX. DA ÁREA DO INTERESSADO PARA A ÁREA INDÍGENA - 26 Km.

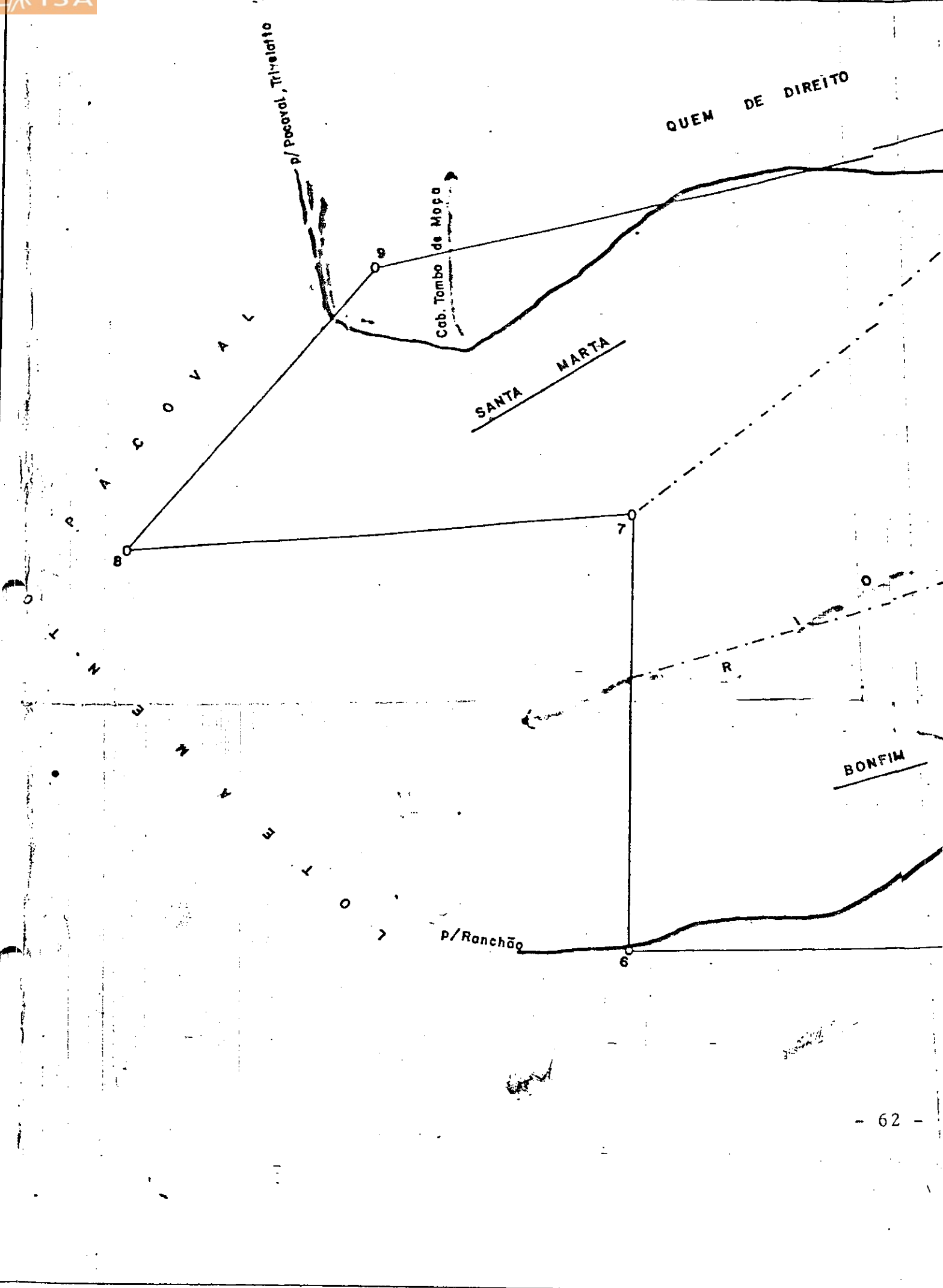
ESCALA: 1:1.000.000



B.T. 307/0777 P. MARTINS

QUEM DE DIREITO





QUEM DE DIREITO

10

12

11

Cob. Tombo de Mosá

P/ Povoal, Trivertio

SANTA MARIA

RIGESSO

CAÇEMA DO RIO NOVO

Cidra

RIO NOVO

13

14

15

16

17

18

19

20

WHITING

P/Rancho

BACARY P/NOVOS

DOS

INDIGENA

RESERVA

EST	RUMOS		DISTÂNCIAS
1	75° 40'	NW	4.760
2	30° 47'	NE	1.085
3	83° 00'	NW	800
4	38° 20'	NW	5.800
5	01° 00'	NW	5.240
6	90° 00'	E	4.700
7	04° 40'	NW	5.350
8	50° 00'	SE	4.000
9	14° 05'	SE	8.730
10	07° 15'	SW	3.700
11	19° 00'	SW	1.500
12	01° 00'	SE	1.517

AGROPECUARIA: SANTA CLARA LTDA

ÁREA..... 10.249 Ha

MUNICIPIO : NOBRES - MT

ESC. — 1:50.000

Cezador Ramos dos Santos
 Cezador Ramos dos Santos
 ENGENHEIRO CIVIL
 CREA 78678-1/M, Regiao

VIII. P.I. SANTANA - CARACTERÍSTICAS GERAIS POPULAÇÃO E SAÚDE

Em linhas gerais, só existe no P.I. Santana uma aldeia propriamente dita, localizada próxima da confluência do Córrego Santana com o Rio Novo, onde se concentra a maior parte da população. No entanto, algumas famílias se dispersaram, residindo em outros três pequenos aldeamentos: a aldeia do Macaco, a aldeia do Kilombo e a aldeia Santo Antonio.

As instalações do Posto situam-se a mais ou menos um quilometro da aldeia principal, separadas desta pelo córrego seco.

No momento de nossa visita, na aldeia principal, habitavam 78 pessoas, divididas em 12 famílias, alocadas em 12 casas. Na aldeia do Macaco, 19 pessoas, 4 famílias e 4 casas. Na aldeia do Kilombo, 17 pessoas, 3 famílias e 3 casas, e na aldeia Santo Antonio, 22 pessoas, 3 famílias e 3 casas.

Na aldeia principal as casas se distribuem em torno de um campo de futebol, localizado no centro. Como as do P.I. Bakairi assemelham-se a casas de caboclos, de pau a pique, chão batido, dois ou três cômodos usados como quartos e um como sala. Cozinha ligada à estrutura da casa, localizada na parte de trás. Desligado da casa, atrás da cozinha, um banheiro. Das 12 casas, 8 possuem banheiro com vaso sanitário e fossa, que, no entanto, são raramente usados pela dificuldade de se trazer água do Rio Novo até lá.

As outras aldeias não foram visitadas por nós, mas segundo as informações que dispomos não possuem banheiro, nem fossa.

As instalações do Posto compreendem a casa-sede, com 2 quartos, 2 salas, cozinha, banheiro e alpendre. As paredes são de madeira, piso de cimento e cobertura de telhas de amianto. Está em péssimas condições de uso, madeira podre em diversos pontos, pintura descascada, necessitando reforma.

A Escola residência tem uma sala de aula, um quarto, cozinha, sala para rádio, sala para cantina, 2 banheiros e área. Piso de cimento, paredes de madeira, cobertura de telhas de amianto. Está também em péssimas condições de uso, piores que as da casa-sede.

As paredes estão podres, o quarto não é mais usado como residência, as telhas de amianto estão quebradas em vários lugares provocando goteiras na época de chuva, e existe grande número de ratos que se banqueteam cotidianamente com a merenda escolar e as mercadorias da cantina que se encontram lá estocadas.

Em 1982 foi construída também uma enfermaria-residência, de alvenaria sem acabamento, pintura de cal, madeiramento roliço no telhado, com cobertura de telhas de barro e instalação hidráulica. Parede-meia com a enfermaria foi construída a residência da enfermaria, de alvenaria, parede externa com chapisco, piso de cimento e cobertura de eternit. De construção tão recente mesmo assim a nova enfermaria já apresenta problemas. O madeiramento empenou, modificando a linha do telhado. Quando chove, lateralmente entra água sob o telhado e pelas janelas. Além disso, a enfermaria é pequena para as necessidades do Posto. A planta da enfermaria veio pronta de Brasília, sem levar em conta a opinião das pessoas que utilizam na área, não se adequando às necessidades específicas a que se destinava.

Existe também, ao lado da enfermaria, um galpão de madeira, chão batido e cobertura de eternit, usado como depósito, em condições regulares.

Todas estas instalações possuem água corrente e luz elétrica. Porém, o gerador diesel encontra-se em precárias condições, o que, junto com a escassez de óleo, não permite seu uso. A água é captada através de uma roda d'água, de uma fonte natural a uns 3 km da aldeia. É potável, de boa qualidade, mas sua captação é insuficiente para abastecer a aldeia. Sendo assim, os índios usam a água do rio, o que parece ser a causa do

alto índice de verminose na aldeia. O chefe de posto elaborou um plano de abastecimento da comunidade, que prevê a aquisição de mais uma roda d'água, a construção de uma caixa d'água na aldeia e de pelo menos uma torneira para cada duas casas. Menos do que isso seria ineficaz pois, como as casas são relativamente espalhadas, não adiantaria colocar só uma fonte de água: os que moram um pouco distante tenderiam a continuar a usar a água do rio, que estaria mais próximo. Esse plano estava previsto no primeiro projeto POLONOROESTE. No entanto, com o subsequente corte de verbas (em 1983 só Cr\$ 160.000,00 foram destinados para obras de saneamento) essa realização se tornou impossível.

Existe também na reserva uma pista de pouso de 800 X 30 metros, em condições regulares de uso, e um rádio transceptor SSB-140, na ocasião quebrado há mais de um mês, estando o P.I. sem comunicação.

POPULAÇÃO

Em 1884 Steinem assinala a existência de 55 Bakairi na região do Arinos, hoje P.I.Santana, em 1947 Fernando Altenfelder assinala 250 indivíduos juntando os do Arinos e os do P.I. Simões Lopes. Daí para à frente os únicos dados confiáveis são os levantamentos feitos pela antropóloga Edir Pina de Barros assinalando a existência de 138 Bakairis no ano de 1977, e de 141 no ano de 1980.

Na ocasião de nossa visita fizemos um levantamento, casa por casa, com a seguinte distribuição por faixas etárias e formando a seguinte pirâmide populacional:

POPULAÇÃO

Faixa Etária	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
0-6	10	20	30
7-13	12	12	24
14-20	10	9	19
21-27	6	7	13
28-34	11	2	13
35-41	4	6	10
42-48	8	2	10
49-55	2	2	4
56-62	1	-	1
63-69	3	4	7
70 e +	1	4	5
TOTAIS	68	68	136

TOTAL DE HABITANTES: 136

n.º de CASAS: 22 → SENDO: 12 no aldeia principal : 78 HABITANTES

MÉDIA DE HABITANTES/CASA: 6,18

4 no aldeia do MACACO: 19 "

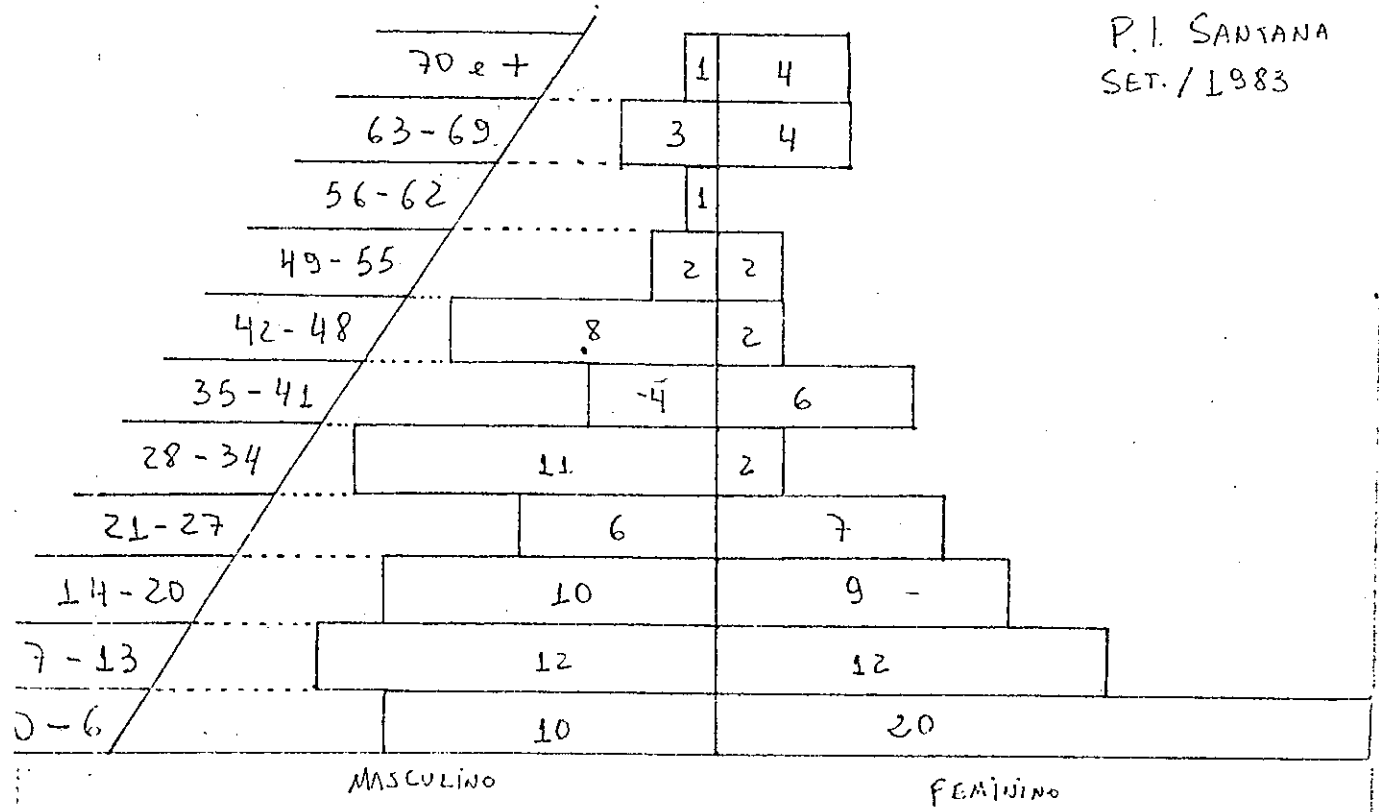
3 " " KILOMBO: 17 "

3 " " S.º ANTÔNIO: 22 "

TOTAL: 136 HABITANTES

PIRÂMIDE POPULACIONAL

P.I. SANTANA
SET./1983



Pesquisando os arquivos do Posto constatamos que o registro de nascimentos e óbitos estava incompleto e não organizado desde 1975. Procuramos fazer esse levantamento através das fichas médicas no arquivo da enfermaria constatando a mesma situação. Por outro lado, os relatórios da administração do Posto também não se mostraram de grande ajuda pois repetem os mesmos dados anos a fio, não sendo confiáveis. Em virtude dessas dificuldades não foi possível uma análise do incremento populacional.

Um único comentário possível se refere ao desequilíbrio entre o número de homens e mulheres nas faixas etárias de 28 a 34 anos e de 42 a 48 anos, indicando um número bastante maior de homens com relação às mulheres. Essa situação aparece como problemática para os Bakairi de Santana, que procuram resolvê-la casando-se com mulheres do P.I. Bakairi, do Rio Paranatinga. Essa solução, no entanto, apresenta-se como um fator negativo para a comunidade, de vez que, segundo a tradição dos Bakairi do Paranatinga, o homem passa a viver com a família da mulher, provocando uma relativa evasão de mão-de-obra adulta da reserva de Santana.

Não nos foi possível saber a causa desse desequilíbrio que parece estar sendo compensado na faixa de 0-6 anos, onde o número de crianças do sexo feminino é o dobro das do sexo masculino.

SAÚDE

Responde pelo tratamento de saúde na área uma atendente de enfermagem. É quem diagnostica e garante a medicação no dia a dia do Posto, onde além da população indígena, atende também a população das fazendas vizinhas, tais como Fazenda Rio Novo, Gleba Trivelatto, Fazenda Santa Clara, Fazenda Santa Rita, Projeto Pacoval, DERMAT, Sonho Dourado e Cuiabazinho, que constituem, segundo os relatórios da administração do posto, cerca de 10 a 15% das pessoas atendidas.

Nos casos mais graves ou não usuais costuma-se (quando o rádio funciona) chamar o médico em Cuiabá, o qual a partir da descrição dos sintomas receita o tratamento. Se isso não resulta em melhora, faz-se novo chamado e a FUNAI freta um avião para o transporte do doente para a Chácara da E.V.S. em Cuiabá. No entanto, isso é raro. Em geral é o carro do Posto, um caminhão F 4000 comprado em 1981 com verba do POLONOROESTE, que transporta o doente, percorrendo os 300 km que separam a reserva de Cuiabá, em aproximadamente 5 horas e meia. Não existe convênio com hospital nos municípios vizinhos de Nobres e Rosário do Oeste.

Muitas vezes, quando o chefe de posto não está, o problema se complica: torna-se necessário correr à Fazenda Rio Novo e através do rádio de lá, chamar a FUNAI em Cuiabá para pedir ajuda. Ou então, tentar conseguir carro e motorista em prestado.

Além do atendimento local, a reserva costuma contar com a visita da E.V.S. duas vezes por ano. Em 1983 foram realizadas duas visitas, em fevereiro e junho, com a equipe formada por médico, odontólogo, laboratorista e motorista, atendendo aos índios e aos ruralistas das fazendas circunvizinhas. Na primeira visita o médico atendeu 157 pessoas e na segunda 116. O odontólogo atendeu na primeira visita 147 pessoas e na segunda não obtivemos a informação.

Nos casos atendidos a maior incidência foi de verminose. Só na última visita foram realizados exames de fezes em 105 pessoas constatando-se que 91 delas (43 crianças de menos de 12 anos e 48 adultos) apresentavam vários tipos de vermes:

VERMINOSE	Nº DE PESSOAS PORTADORAS	%
Giardia	68	64,76
Ameba Histolítica	34	32,38
Ascaris	27	25,71
Ancilostomídeos	17	16,19

cont.

VERMINOSE	Nº DE PESSOAS PORTADORAS	%
Hymenolepes	04	3,80
Taenia 1	01	0,95
Enterobios	02	1,90
NEGATIVO	14	13,33
TOTAL DE EXAMES	105	100,00

A verminose e a diarréia parecem atingir a grande maioria da população configurando grave situação na área da saúde. São seguidas por dores abdominais, de estômago, gripe e conjuntivite..

No caso da tuberculose, a análise de escarro de 68 pessoas adultas realizadas este ano, deu resultado negativo. Porém, no ano de 1982 foram registrados 23 casos de tuberculose em Santana, ocasionando dois óbitos. Este ano ainda há seis casos de tuberculose, detectados no ano passado, sob controle, segundo informações da enfermaria.

Na medida em que tanto os exames de fezes como a análise de escarro, foram realizados em menos da metade da população, é de se supor uma situação ainda mais grave do que a apresentada oficialmente, exigindo um maior controle da tuberculose e providências urgentes relativas ao problema da água e saneamento básico.

Principalmente nos meses de junho, julho, agosto e setembro, antes das chuvas, os córregos secam e como fonte de água só resta o Rio Novo, com alto índice de verminose, aumentando a incidência de diarréia.

Com relação à vacinação, a população parece estar sendo bem atendida, no que se refere a aplicação da vacina Sabin (só faltava vacinar 3 recém-nascidos), BCG, Sarampo, Febre Amarela, atingindo a totalidade da população.

Com relação atendimento dentário, só tivemos acesso ao relatório de atividades da EVS referente à visita de fevereiro à área. O relatório das outras visitas englobam sem dis

tinção a população da reserva Umutina e Santana, impedindo a discriminação do tratamento empreendido em cada reserva. Este relatório de fevereiro de 1983, mesmo referindo-se apenas à reserva de Santana, engloba os índios e os ruralistas atendidos, totalizando 147 pessoas. Nelas foram realizadas 185 extrações, 88 obturações, 37 profilaxias, 32 fluoretação tópicas, 9 tartarotomias e 2 tratamentos de canal.

Mesmo sem possibilitar a distinção entre os ruralistas e os índios atendidos, estes números configuram um padrão de atendimento de emergência, centrado muito mais na extração de dentes do que num tratamento preventivo que as tornasse desnecessárias, assemelhando-se bastante à situação já descrita na parte do relatório sobre o P.I. Bakairi.

A procura da enfermagem pelos índios é grande e a aceitação da medicina "civilizada" parece ser boa. Os índios reclamam bastante da diarreia que os inutiliza para o trabalho várias vezes por ano, reivindicando um tratamento que pelo menos a diminua. A utilização da medicina tradicional parece ocorrer paralelamente, mas não nos foi possível perceber em que grau e de que importância ela se reveste para a comunidade.

A atendente de enfermagem tem uma carga de trabalho bastante grande, da qual dá conta com envolvimento e zelo. No entanto, seu quase total desconhecimento histórico e antropológico em relação a esse grupo tribal, faz com que tenha uma atitude de negação de suas práticas tradicionais, encaradas como superstições ineficazes. Assim, os índios mostravam-se avessos ao fornecimento de qualquer informação a esse respeito, talvez como uma forma de salvaguardar de uma visão desmerecedora, certas práticas e conhecimentos valorizados internamente na comunidade.

PRINCIPAIS PROBLEMAS E RECOMENDAÇÕES

Além da reforma das instalações do P.I., faz-se necessário também se processar uma revisão das formas de planejamento das construções, levando em conta, prioritariamente, o pessoal que atua na área. No caso específico da enfermaria, devia-se aprovar a planta só depois de se consultar a equipe da EVS e a atendente na área sobre o tamanho e as divisões ideais para o uso a que se destinava. Por outro lado, não se pode conceber que uma construção tão nova já apresente os problemas descritos, tal como o deslocamento da linha do telhado causado pelo empenamento do madeiramento que o sustenta.

Mas o problema mais sério, neste momento, parece ser o da captação de água. Seria aconselhável o aumento da dotação orçamentária para este fim, propiciando a utilização dos banheiros e diminuindo a incidência de verminose e diarreia.

O atendimento médico deveria se processar de forma mais sistemática, com aumento do número de visitas da EVS e, principalmente no caso do tratamento dentário, assumir mais um caráter de prevenção do que de tratamento de urgência.

Necessário se faz também resolver a questão de comunicação e transportes de doentes. O rádio parece quebrar regularmente, segundo testemunho dos índios e as dificuldades de transporte são grandes, tendo em vista que o Posto só possui o caminhão para este fim. Seria necessário consertar mais duradamente ou substituir o rádio e fornecer mais um veículo, de pequeno porte (talvez uma camionete), para possibilitar entre outras coisas, o transporte de pessoas de forma mais rápida e barata já que o gasto de combustível do caminhão é grande.

Por fim, queria assinalar a necessidade de organização dos arquivos do posto e da enfermaria, único meio de se ter um controle e compreensão mais acurada da situação da comunidade.

IX. ATIVIDADES PRODUTIVAS E AUTONOMIA POLÍTICA

Diferentemente dos Bakairi do Paranatinga, os índios da reserva de Santana parecem ter sua unidade de produção e consumo na família elementar. Não existem também as regras de residência que impunham a cooperação no trabalho entre genros e sogro, pelo menos na aldeia principal, que congrega a maior parte da população. As famílias elementares possuem roça fora da aldeia onde só tem abrigos provisórios e para as quais se deslocam apenas na época da derrubada, coivara, plantio e colheita. Em geral vão e voltam no mesmo dia. São tradicionais plantadores de arroz, milho e feijão, principalmente. Na aldeia criam porcos e galinhas e pequenas hortas, agora em parte substituídas por horta e pomar coletivos de mais ou menos 1,5 hectares, ao lado das instalações do P.I., cultivados pelos alunos da escola.

Além disso, as famílias elementares realizam a extração da borracha nos seringais nativos, com método manual, no período de maio a outubro, com uma produção mínima de 1.000 kg anuais. A mão-de-obra é exclusivamente masculina e, nesse período do ano, os homens passam a maior parte do tempo fora da aldeia, ficando cada vez de 15 a 20 dias trabalhando no seringal, deixando o trabalho nas roças mais a cargo das mulheres, dos velhos e das crianças. Essa produção é comercializada pelos próprios índios em Cuiabá, utilizando-se transporte do Posto, para o qual dão 15% do valor da venda para comprar óleo diesel e para serviços gerais para a comunidade.

Essas atividades tem garantido a produção para subsistência e ainda a renda monetária necessária para a compra de artigos da sociedade nacional, desde muito indispensáveis para a comunidade: instrumentos de trabalho, artigos de uso pessoal, até alguns itens da alimentação como óleo, vegetal, café, açúcar refinado e outros.

A pesca é pouco praticada em virtude da escassez de peixes nos rios e córregos da reserva. As poucas vezes que a

praticam, o fazem no rio Paranatinga, para onde excursionam durante alguns dias. A caça também é escassa na reserva, ocorrendo esporadicamente.

De uns anos para cá (principalmente depois de 1975 quando Spinelli vendeu a fazenda Rio Novo, cujo novo proprietário passou a criar gado, expulsando as famílias que lá habitavam), os Bakairi de Santana tem gradativamente se afastado do trabalho nas fazendas, dedicando-se mais à produção e comercialização da borracha, como forma de garantir renda monetária. Esse processo se acentuou a partir dos projetos comunitários organizados pela FUNAI, basicamente plantio coletivo de arroz, que vem sendo bem sucedidos em termos de produção.

O plantio de 20 hectares de arroz em 1981 produziu .. 21.017 kgs., divididos em 415 volumes, dos quais 372 foram comercializados, pelo chefe de posto acompanhado de líderes tribais, para atacadista particular no município de Rosário do Oeste (pagam melhor que o governo). O restante, 43 volumes, totalizando 1.952 kgs. foram armazenados para o próximo plantio.

Com a venda do primeiro ano de produção, Cr\$ Cr\$ 200.000,00 foram para a caderneta de poupança em nome da comunidade, no Bradesco, na cidade de Nobres, MT., Cr\$ Cr\$ 75.000,00 foram para a compra de 1.000 litros de óleo diesel para iniciar o trabalho agrícola e dar continuidade ao projeto. Cr\$ 53.479,00 foram usados para conserto, peças e óleo diesel para o caminhão durante o período de comercialização do arroz (deslocamentos na região). Cr\$ 4.600,00 para a compra de sal mineral para as 36 cabeças de gado que possuem, Cr\$ Cr\$ 1.750,00 para compra de material escolar e Cr\$ 86.518,00 para pagamento de mecânico e peças usadas na revisão do trator da comunidade, comprado em 1981. Foi essa produção que permitiu a de 82/83, que foi ainda melhor, produzindo 28.000 kg. de arroz.

O preparo de solo se dá nos meses de ago/set., e plantio em nov/dez. e a colheita em fev/mar., com mão-de-obra indígena. Todas essas operações são efetuadas através de método me

todo mecanizado, inclusive a colheita. Já no primeiro ano de plantio, a colheita estava atrasada e corria o risco de se perder, pois os índios estavam ocupados na colheita de suas lavouras familiares. Foi aí que a Fazenda Santa Clara ofereceu sua máquina colhedeira, possibilitando esse resultado.

O sucesso do projeto de arroz se explica pelas razões inversas ao fracasso ocorrido no P.I. Bakairi. No P.I. Santana, o chefe de posto (o mesmo em 1981 e parte de 1982 quando se iniciou o projeto) é também técnico agrícola, tendo efetuado análise de solo e determinado adubação adequada para o tipo de solo utilizado. Fez acompanhamento do projeto garantindo plantio, colheita e outros cuidados nas épocas certas, visando conseguir boa quantidade e qualidade de arroz. No segundo ano do projeto 82/83, o chefe de posto se afastou sendo o projeto organizado e realizado basicamente pelos índios, com o aprendizado decorrente do plantio anterior, chegando também a bons resultados, mesmo sem a ajuda do técnico agrícola.

O orientação inicial do chefe de posto/técnico agrícola, e o método mecanizado utilizado para o cultivo, a nosso ver, propiciaram um bom resultado garantindo ao mesmo tempo a manutenção das roças de tóco, familiares, responsáveis pela quase totalidade da produção para a subsistência, e permitindo a continuidade da extração da borracha, condição de independência em relação aos fazendeiros.

Estranhamos portanto o redirecionamento da produção imposto pelo novo projeto econômico para 83/84. Pretende-se enfatizar a utilização de mão-de-obra manual, sem abandonar a mecanizada mas diminuindo-a. O cultivo de arroz vai diminuir de 20 ha. para 10 ha., redirecionando-se o trabalho para o plantio de culturas perenes como bananas, frutas cítricas, mandioca (já plantam nas roças familiares e mais uns 2 ha. coletivamente, para a produção de farinha), milho e feijão, café e aumento da pecuária.

A administração argumenta que a lavoura mecanizada apresenta dificuldades adicionais com a necessidade de manuten

ção das máquinas. O trator por exemplo, teria uma vida útil de apenas 5 anos, o óleo é cada vez mais caro (além do mais a cota mensal prevista pela FUNAI é de apenas 100 lt., manifestamente insuficiente), assim como os defensivos e adubos.

Não que o novo projeto seja necessariamente ruim, mas parece ilógico que tanto para os Bakairi do Paranatinga como para os do P.I. Santana, se planeje uma mudança dos projetos econômicos num mesmo sentido, já que a situação dos dois Projetos são bastante diferentes.

A preocupação maior dos índios, nesse momento, é a ampliação das estradas no seringal (daí o interesse em legalizar a posse da área que reivindicam, e afastar da reserva a Fazenda Morada de Deus, áreas de seringais nativos), aumento da produção da borracha e autonomia em relação aos fazendeiros. No entanto, gostariam também de continuar o projeto de arroz nas mesmas proporções anteriormente existentes.

Dado o grau de opressão, exploração e dependência que historicamente marcaram os contatos desse grupo com a sociedade nacional, mesmo depois da fundação do Posto em 1963, os Bakairi de Santana estão mais distantes das práticas tradicionais e mostram maior dificuldade que os de Paranatinga para expressar claramente suas reivindicações.

Desde os primeiros contatos com a sociedade nacional, a interferência na organização política da tribo sempre foi grande. No final do século passado a Diretoria dos Índios nomeou o Bakairi Reginaldo da Silva Nogueira como "capitão" e, a partir daí, se instaurou uma sucessão hereditária que se mantém até hoje com o atual "capitão", Acelino Rodrigues.

Inamovível de seu cargo, o capitão tende a agir como "dono do lugar", no âmbito restrito em que sua atuação se efetua, delimitada anteriormente pela extrema dependência dos fazendeiros e, hoje, gradativamente substituída pela administração do Posto. Nesse contexto, as vozes discordantes dos índios da aldeia principal e ainda mais as dos índios de outros aldeamentos, adquirem pouco poder de interferência nas de

cisões tomadas conjuntamente pelo "capitão" e pela administração do posto. Essa situação impede o extravasamento das queixas para fora do âmbito da aldeia e da administração local e, de certa maneira, explica o fato da FUNAI ter sempre considerado o P.I. Santana como uma reserva sem problemas, quando o oposto é o verdadeiro.

Os Bakairi de Santana quando se comparam com os do Paranatinga (dos quais a maioria veio do Xingú) tendem a se considerar "mais civilizados" o que se expressa até pelo maior descaso no que se refere à manutenção do uso da língua nativa. Na aparência geral se aproximam mais dos ruralistas, com os quais podem ser confundidos mais facilmente do que os do Paranatinga. No entanto, o contato tenso e cercado de crescente pressão com os fazendeiros e com os projetos de colonização que se adensam na região, reforçam neles a consciência da indianidade, que passa a se acentuar mais ainda com as possibilidades abertas à sua maior autonomia. Miram-se cada vez mais, de forma contraditória mas lógica, tanto nas formas organizacionais dos projetos econômicos das fazendas circunvizinhas (mecanização principalmente), como nos movimentos reivindicatórios dos vários grupos tribais com os quais mantêm contato.

A vontade de autonomia se torna mais forte, de certa forma abrindo brechas à contestação do papel tradicional da chefia, que, atualmente parece ter maior dificuldade em impor sua influência sobre todo o grupo. Isso torna-se mais nítido tanto no que se refere ao acordo feito com a fazenda Santa Clara, quanto no que se refere à mudança no projeto econômico, com o que uma parte significativa da comunidade não concorda.

X. EDUCAÇÃO

A escola parece funcionar precária e intermitentemente desde sua criação. Segundo informações de Edir Pina de Barros, antropóloga, a maior parte dos que sabiam ler e es

crever até 1976, aprenderam na escola da empresa Rio Novo Ltda.

De 1973 a 1975 só ficou uma atendente de enfermagem respondendo pelo posto. Em 1977 a escola e a sede do posto estavam novamente fechadas. Segundo os relatórios do arquivo do posto, em 1980 a escola funcionava com 4 turmas (pré, 1a. 2a. e 3a. séries) com um total de 27 alunos. Em 1981 esteve novamente parada. Reabriu em 1982, com duas turmas, pré e 1a. série, com um total de 23 alunos, com 9 meninas entre 5 e 11 anos de idade e 14 meninos, entre 4 e 14 anos de idade.

Esteve novamente parada de maio a julho de 1983 quando nova professora foi contratada. Funciona atualmente com 4 turmas e um total de 27 alunos. De manhã das 7:30 hrs. às 10:30 hrs., funcionam na mesma sala uma turma de pré-primário e de 1a. série. Os do pré: 5 meninas com idade entre 5 e 16 anos e dois meninos, com 5 e 7 anos respectivamente. Os de 1a. série: 4 meninos entre 7 a 8 anos e 2 meninas com 7 e 11 anos.

À tarde das 13 às 16 hrs. funciona outra turma de 1a. série, com 4 meninas entre 8 e 11 anos de idade e 3 meninos entre 10 e 11 anos. E, na mesma classe ainda mais uma turma de 2a. série, com 5 meninos com idades variando entre 12 e 13 anos e 2 meninas, de 12 e 13 anos respectivamente.

Para o trabalho com essas 4 turmas só existe uma professora: dá aula de manhã e à tarde, prepara planos de aula todos os dias à noite e, no fim de semana ainda ajuda a limpar o edifício da escola, além de organizar o preparo da merenda escolar (as mães se rodiziam para prepará-la) e cuidar da distribuição.

Segundo a professora o fornecimento de material escolar é suficiente e o rendimento escolar é regular, apenas um pouco abaixo do que ocorre nas escolas urbanas. Os alunos, diferentemente dos do P.I. Bakairi, não apresentam dificuldades no aprendizado de português e matemática, mas não se interessam muito por Estudos Sociais, Ciências e noções de saúde.

PRINCIPAIS PROBLEMAS E RECOMENDAÇÕES

O prédio da escola, como já foi descrito anteriormente, está em péssimo estado de conservação, abrigando enorme número de ratos, de tal forma que nem mesmo permite que a professora more lá, obrigando-a a se instalar na residência da enfermaria, junto com a atendente.

O único quadro negro disponível está em mau estado e, além disso é muito pequeno, não havendo espaço para colocar a lição para as duas turmas. As carteiras escolares são poucas e estragadas, havendo necessidade de pelo menos mais umas 20 carteiras novas.

Uma professora para 4 turmas, sendo que a do pré ainda exige um trabalho mais especializado, é carga grande demais.

Os adultos, inclusive o "capitão", demonstram grande interesse no estudo. Reivindicam aula à noite.

Nessa situação seria necessário que se reformasse o prédio da escola (ou se construísse um novo, pois no estado em que se encontra dificilmente uma reforma seria durável), garantindo espaço e condições para que as turmas funcionassem separadamente, tendo em vista um melhor aproveitamento pedagógico.

É urgente também a contratação de pelo menos mais uma professora ou até mesmo duas, se a escola passar a funcionar também à noite. A instalação elétrica já existe faltando apenas que se compre um novo gerador, dado o péssimo estado do atual.

Com relação à adequação do programa escolar, ao preparo dos professores e acompanhamento pedagógico do trabalho na área a situação é semelhante à do P.I. Bakairi, já analisada anteriormente. As mesmas recomendações valem para o P. I. Santana.

XI. ADMINISTRAÇÃO

Tanto o P.I. Bakairi como o P.I. Santana são subordinados à 5a. D.R. da FUNAI em Cuiabá, que faz a mediação entre a administração central da FUNAI em Brasília e o pessoal das áreas indígenas.

O que se pode constatar no caso dos projetos econômicos e mesmo do planejamento e execução de obras para as reservas é que tanto a 5a. D.R. como os P.I. tem sua autonomia bastante restrita, funcionando mais como uma corrente de transmissão e execução de um planejamento elaborado em Brasília.

Essa situação reflete-se sobre o papel do pessoal da área em relação às comunidades indígenas. Funcionar como executores de um planejamento pensado exteriormente às comunidades implica na necessária passividade dos grupos indígenas face à administração local, enfraquecendo sua esfera de decisão e de organização política, levando-os a uma crescente descaracterização cultural.

Essa situação se torna cada vez mais clara para os índios das reservas pesquisadas, cujas reivindicações e tentativas de resolução de problemas passam cada vez mais a serem levadas diretamente à 5a. D.R. ou, mesmo a Brasília, na medida em que tendem a ser encaradas pelas administrações locais como pretextos para não assumir o trabalho e as responsabilidades inerentes à execução dos projetos. Isso evidencia também um outro lado da questão: as comunidades indígenas não são na verdade chamadas a participar do equacionamento de seus problemas de forma a gerir o seu destino, criando soluções ou encaminhamentos a partir de sua própria experiência cultural e de sua vivência histórica.

Quando são chamadas a discutir seus problemas e participar das decisões, isso parece significar apenas um processo de "convencimento" da população em relação à necessidade e à "excelência" de um planejamento já pronto. Funciona na verda

de como uma forma de legitimação da posição subalterna das comunidades indígenas face à sociedade nacional e à FUNAI.

Isso se expressa também quando a administração da FUNAI não separa o que é a economia do Posto da economia da tribo, equacionando as práticas produtivas organizadas de forma tradicional como empreendimentos "extra-projeto", creditados à FUNAI. É assim, por exemplo, que aparecem a extração da borracha pelos Bakairi de Santana e parte da produção da mandioca pelos Bakairi do Paranatinga.

O pouco sucesso dos projetos econômicos e educacionais parece advir de um equacionamento apenas técnico dos problemas, promovendo um baixo envolvimento das comunidades, na medida em que sua participação é exigida basicamente como mão de obra. Dessa forma, junto com o enfraquecimento de suas formas tradicionais de organização, diluiu-se também sua capacidade de equacionar autonomamente seu destino.

Seria necessário a procura de soluções junto com os índios, respeitando e levando em conta suas formas tradicionais de vida comunitária, de forma a criar um espaço para que eles possam reorganizá-las em outro nível, mais adequado para fazer frente e conviver com o avanço crescente das fronteiras econômicas da sociedade nacional.

Nessa linha, seria imprescindível que todo o pessoal "civilizado" contratado tivesse conhecimento do material etnológico sobre os grupos tribais e passasse por uma reciclagem periódica visando manter sua "afinação" com tal direcionamento da política indigenista.

Como já foi colocado no corpo do relatório, essa preocupação é imprescindível principalmente na área da educação, onde a inadequação dos projetos é mais do que evidente.

Mais do que contratar pessoal especializado para as áreas seria importante se proceder à capacitação dos próprios índios para funções específicas tais como atendente de enfermagem e professor, entre outras. No caso de P.I. Bakairi mostra-se bastante positiva a contratação de dois professores e uma

atendente de enfermagem da própria comunidade. A contratação de mais uma atendente de enfermagem "civilizada" também foi importante já que pode funcionar também como elemento de apoio e de aprofundamento dos conhecimentos da atendente Bakairi. Há necessidade da contratação de mais uma atendente para a nova aldeia, Aturua, que com esse apoio, poderia ser uma moça da própria comunidade, Hermosina, que já há algum tempo trabalha informalmente com a enfermeira Bakairi.

No P.I. Santana há necessidade da contratação de mais um auxiliar de ensino e de um trabalhador braçal para tarefas específicas da administração do Posto.